

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Atos do Prefeito

DECRETO Nº 15.247/2024

APROVA O PLANO DE CLASSIFICAÇÃO E TABELA DE TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS RELATIVOS ÀS ATIVIDADES MEIO DO MUNICÍPIO DE NITERÓI.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto na Constituição Federal e de acordo com os arts. 1º, 17 e 21 da Lei Federal nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991 e;

Considerando a necessidade de preservar e reduzir ao essencial a documentação acumulada nos órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, sem prejuízo da salvaguarda dos atos administrativos, das informações indispensáveis ao processo decisório e à preservação da memória histórica contida no patrimônio documental municipal,

DECRETA:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º. Ficam aprovados o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos relativos às atividades meio da Prefeitura Municipal de Niterói, constantes nos Anexos I e II deste Decreto, como instrumentos de gestão de documentos a serem adotados nos órgãos da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. Caberá às Secretarias e aos setores do órgão responsável nomear suas Comissões Setoriais de Gestão de Documentos (CSGD) e indicar à Comissão Central de Gestão de Documentos (CCGD) da Prefeitura Municipal de Niterói (PMN) a existência de novos tipos de documentos produzidos, e ainda não classificados, para que possam ser adicionados ao Plano de Classificação e à Tabela de Temporalidade de Documentos.

CAPÍTULO II

Do Plano de Classificação de Documentos

Art. 2º. O Plano de Classificação de Documentos (PCD) é o instrumento utilizado para classificar os tipos documentais relacionando-os aos seus contextos originais de produção.

Parágrafo único. Entende-se por classificação de documentos a sequência de operações técnicas que visam agrupar os tipos documentais relacionando-os ao órgão produtor, à competência, à função e à atividade responsável por sua produção e/ou acumulação.

Art. 3º. O Plano de Classificação de Documentos relativos às atividades meio da Prefeitura Municipal de Niterói apresenta códigos de classificação para cada tipo documental, associando-os ao seu contexto de produção, com a indicação da competência, função e atividade de cada tipo documental.

CAPÍTULO III

Da Tabela de Temporalidade de Documentos

Art. 4º. A Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) é o instrumento resultante da avaliação documental que define prazos de guarda e destinação de cada tipo documental, referindo-se à representação gráfica do plano de classificação de documentos, configurando-se em instrumentos complementares de gestão de documentos.

Parágrafo único. Entende-se por avaliação documental o processo de análise visando à identificação do valor do documento e à decisão acerca do período de tempo necessário para permanência em cada fase ou idade documental.

Art. 5º. A Tabela de Temporalidade de Documentos compreende os códigos de classificação da competência, funções, atividades e tipos documentais, seguidos da classificação de acesso, prazos de guarda, destinação final dos tipos documentais produzidos e/ou recebidos em âmbito municipal, fundamentação legal e observações.

§ 1º Entende-se por destinação final a decisão decorrente da avaliação documental que determina o encaminhamento do documento à eliminação ou à guarda permanente.

§ 2º Será destinado à eliminação, após o cumprimento dos respectivos prazos de guarda, o tipo documental que não apresentar valor que justifique sua guarda permanente, conforme disposto na Tabela de Temporalidade de Documentos.

§ 3º Será destinado para guarda permanente o tipo documental considerado de valor histórico, probatório ou informativo conforme disposto na Tabela de Temporalidade de Documentos, de acordo com os seguintes critérios:

I - O tipo documental será considerado de valor histórico quando consubstanciar fato histórico ou acontecimento importante;

II - O tipo documental será considerado de valor probatório quando consubstanciar comprovação da organização e funcionamento da entidade que produziu o documento ou comprovação de ações de determinado indivíduo que produziu o documento;

III - O tipo documental será considerado de valor informativo quando consubstanciar registro de informações sobre pessoas, lugares, objetos, fatos ou fenômenos que aconteceram e que se pretende preservar.

Art. 6º. Para cada tipo documental se indica o correspondente prazo de guarda, ou seja, o tempo de permanência de cada conjunto documental nos lugares indicados, a saber:

I - arquivo corrente: indica o número em anos em que o tipo documental deverá permanecer no arquivo corrente de cada Secretaria ou unidade produtora do documento, cumprindo a finalidade para a qual foi produzido;

II - arquivo intermediário: indica o número em anos em que o tipo documental deverá permanecer no arquivo intermediário, após cumprir com sua finalidade. Nesse caso, o documento permanecerá para fins de consulta, aguardando destinação final, que dar-se-á por eliminação ou guarda permanente.

Parágrafo único. Esgotada a vigência e prescrição do tipo documental, fica autorizada a sua eliminação, com a adoção dos procedimentos e formulários dispostos neste decreto, desde que cumprido o prazo de guarda previsto em arquivo corrente e arquivo intermediário.

CAPÍTULO IV

Da Eliminação dos Documentos

Art. 7º. O registro dos tipos documentais a serem eliminados deverá ser efetuado por meio de Lista de Eliminação de Documentos, primeiro passo para relacionar os documentos a serem eliminados, conforme modelo constante no Anexo III deste decreto.

Art. 8º. Para a elaboração das Listas de Eliminação de Documentos, resultante dos instrumentos de gestão de documentos tratados neste decreto, será necessário que as Secretarias da PMN instituem Comissões Setoriais de Gestão de Documentos (CSGD) contendo no mínimo três integrantes.

Parágrafo único. As Comissões Setoriais de Gestão de Documentos (CSGD) deverão enviar as Listas de Eliminação de Documentos para a Comissão Central de Gestão de Documentos (CCGD) para sua conferência e aprovação.

Art. 9º. A Comissão Central de Gestão de Documentos (CCGD), em decorrência da aplicação da Tabela de Temporalidade de Documentos, fará publicar no Diário Oficial do Município o Edital de Ciência de Eliminação de Documentos, conforme modelo constante no Anexo IV deste decreto.

§ 1º O Edital de Ciência de Eliminação de Documentos tem por objetivo conferir publicidade ao ato de eliminação de documentos, devendo conter informações sobre os tipos documentais a serem eliminados, conforme Lista de Eliminação de Documentos, sobre o órgão responsável.

§ 2º O Edital de Ciência de Eliminação de Documentos deverá consignar um prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para possíveis manifestações e, quando for o caso, possibilitar às partes interessadas requererem o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, ressalvadas as restrições legais.

Art. 10. O registro das informações relativas à execução da eliminação deverá ser efetuado por meio do Termo de Eliminação de Documentos, preenchido conforme modelo constante no Anexo V deste decreto.

Parágrafo único. A eliminação de documentos públicos sem valor para guarda permanente será efetuada mediante fragmentação mecânica dos suportes de registro das informações, sob supervisão de responsável designado para acompanhar o procedimento.

CAPÍTULO V

Da Guarda Permanente dos Tipos Documentais

Art. 11. São considerados de guarda permanente os tipos documentais indicados na Tabela de Temporalidade de Documentos, constante no Anexo II, que serão definitivamente preservados.

Parágrafo Único. A guarda definitiva dos tipos documentais mencionados no caput deste dispositivo será realizada, quando possível, em meio digital, observados os parâmetros definidos neste decreto e nos atos normativos federais, de caráter geral, e municipais que tratem do tema.

CAPÍTULO VI

Disposições finais e transitórias

Art. 12. Ficará sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, em especial, o art. 25, da Lei Federal nº 8.159, de 1991, e a Seção IV, do capítulo V, da Lei Federal nº 9.605, de 1998, aquele que destruir, inutilizar ou deteriorar documentos de guarda permanente.

Art. 13. As disposições deste Decreto aplicam-se a todos os tipos documentais produzidos e recebidos pela administração pública direta e indireta, independente do seu suporte.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando completamente o Decreto nº 15.114/2023, de 23 de outubro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 19 DE JANEIRO DE 2024.

AXEL GRAEL- PREFEITO

ANEXO I

Plano de Classificação de Documentos

Prefeitura Municipal de Niterói

Secretaria Municipal de Fazenda

124 – Competência: Executar as políticas fiscal e financeira do Governo

124.001 – Função: Supervisionar os controles, despesas de concessionárias, restituições de indébitos e outras

Atividades	Tipologia Documental
124.001.001 Acompanhar, operacionalizar e controlar os pagamentos das despesas dos órgãos e entidades da PMN com concessionárias de serviços públicos	124.001.001.001 Processo de pagamento de serviços de concessionárias
124.001.002 Analisar e operacionalizar as solicitações de restituições de indébitos	124.001.002.001 Processo de desapropriação de imóvel
	124.001.002.002 Processo de ressarcimento de multa de trânsito
124.001.003 Coordenar e operacionalizar as transferências financeiras às entidades da PMN	124.001.003.001 Processo de repasse financeiro
	124.001.003.002 Processo de restos a pagar
124.001.004 Coordenar e realizar a liquidação dos processos de despesas dos órgãos da Administração Direta	124.001.004.001 Processo de comprovação de despesas de ajuda de custo
	124.001.004.002 Processo de emissão de ordem de pagamento referente a bloqueio com transferência judicial
	124.001.004.003 Processo de pagamento da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro
	124.001.004.004 Processo de pagamento de ajuda de custo
	124.001.004.005 Processo de pagamento de aluguel de imóvel
	124.001.004.006 Processo de pagamento de contrato de prestação de serviços - pessoa física
	124.001.004.007 Processo de pagamento de contrato de prestação de serviços - pessoa jurídica
	124.001.004.008 Processo de pagamento de custas judiciais
	124.001.004.009 Processo de pagamento de danos morais
	124.001.004.010 Processo de pagamento de DPVAT
	124.001.004.011 Processo de pagamento de estâgios
	124.001.004.012 Processo de pagamento de evento
	124.001.004.013 Processo de pagamento de pecúnia
	124.001.004.014 Processo de pagamento de requisição de pequeno valor
	124.001.004.015 Processo de pagamento retido
	124.001.004.016 Processo de ressarcimento ao erário
	124.001.004.017 Processo de termo de referência mobiliário

124.002 – Função: Acompanhar a normatização dos procedimentos e operações de contabilidade dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

Atividades	Tipologia Documental
124.002.001 Acompanhar o processo de registro contábil	124.002.001.001 Balancete analítico ou sintético
	124.002.001.002 Balanço geral
	124.002.001.003 Livro diário de contabilidade
	124.002.001.004 Livro razão contábil
124.002.002 Efetuar os processos relacionados ao encerramento do exercício	124.002.002.001 Relatório de prestação de contas (PCA)

124.003 – Função: Conciliar a movimentação das contas correntes, de aplicações financeiras e de adiantamento de recursos

Atividades	Tipologia Documental
124.003.001 Realizar a prestação de contas da movimentação financeira das contas bancárias	124.003.001.001 Extrato de comprovação de movimentação de conta corrente
	124.003.001.002 Processo de comprovação de despesas de tarifas bancárias
	124.003.001.003 Processo de liquidação de tarifas bancárias de arrecadação
	124.003.001.004 Processo de reavaliação de orçamento de exercícios anteriores

124.004 – Função: Coordenar e executar a inscrição dos contribuintes do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU

Atividades	Tipologia Documental
124.004.001 Coordenar e emitir as certidões cadastrais	124.004.001.001 Processo de alteração de endereço de correspondência do contribuinte
	124.004.001.002 Processo de alteração de titularidade de imóvel
	124.004.001.003 Processo de emissão de certidão de construção para averbação
	124.004.001.004 Processo de emissão de certidão de implantação de matrícula de IPTU
	124.004.001.005 Processo de emissão de certidão de inexistência de inscrição de matrícula do cadastro Imobiliário
	124.004.001.006 Processo de emissão de certidão de inscrição de IPTU
	124.004.001.007 Processo de emissão de certidão de metragem de imóvel
	124.004.001.008 Processo de emissão de certidão de

			modificação/acréscimo de imóvel
		124.004.001.009	Processo de emissão de certidão de regularidade de débitos
		124.004.001.010	Processo de emissão de certidão do cadastro imobiliário
		124.004.001.011	Processo de emissão de certidão terreno e remembramento de lote
124.004.002	Efetuar levantamentos, no local, para efeito de revisão ou atualização cadastral	124.004.002.001	Processo de vistoria de imóvel
124.005 – Função: Coordenar e executar as atividades de arrecadação e de cobrança de taxas, contribuições e demais receitas municipais			
Atividades		Tipologia Documental	
124.005.001	Controlar e acompanhar os registros de lançamentos, de pagamentos, de compensações e de restituições referente às taxas, às contribuições e às demais receitas municipais	124.005.001.001	Processo de distribuição de prospectos, cartazes e cartaz transportável
		124.005.001.002	Processo de emissão de certidão de débitos municipais
		124.005.001.003	Processo de emissão de certidão de isenção de publicidade
		124.005.001.004	Processo de emissão de certidão de ISS
		124.005.001.005	Processo de lançamento de taxa e publicidade
		124.005.001.006	Processo de renovação de publicidade
124.006 – Função: Estabelecer diretrizes para o funcionamento do Arquivo, a gestão, a preservação e o acesso aos documentos			
Atividades		Tipologia Documental	
124.006.001	Manter arquivo da documentação administrativa emitida e recebida pelos órgãos e unidades do Município	124.006.001.001	Plano de classificação de documentos
		124.006.001.002	Processo de aprovação de tabela de temporalidade e plano de classificação de documentos
		124.006.001.003	Processo de recolhimento de documentos
		124.006.001.004	Processo de transferência de documentos
		124.006.001.005	Relação de recolhimento de documentos
		124.006.001.006	Requerimento de desarquivamento de documentos
		124.006.001.007	Tabela de temporalidade de documentos
		124.006.001.008	Termo de recolhimento de documentos
124.006.002	Realizar a gestão de eliminação de documentos	124.006.002.001	Edital de ciência de eliminação de documentos
		124.006.002.002	Lista de eliminação de documentos
		124.006.002.003	Ofício de autorização de eliminação de documentos
		124.006.002.004	Processo de eliminação de documentos
		124.006.002.005	Termo de eliminação de documentos
124.006.003	Receber e controlar a movimentação dos documentos e processos administrativos em arquivo	124.006.003.001	Lista/listagem de transferência de documentos
		124.006.003.002	Processo de emissão de certidão de inteiro teor
		124.006.003.003	Termo de transferência de documentos
124.007 – Função: Estabelecer e supervisionar a programação e a execução financeira dos órgãos			
Atividades		Tipologia Documental	
124.007.001	Acompanhar e realizar o pagamento de pessoal da administração direta e realizar a descentralização financeira para as entidades da administração indireta	124.007.001.001	Processo de pagamento de férias
		124.007.001.002	Processo de pagamento de pensão alimentícia
		124.007.001.003	Processo de pagamento de pessoal
124.008 - Função: Estabelecer planos de fiscalização de receitas tributárias, controlar e avaliar sua execução			
Atividades		Tipologia Documental	
124.008.001	Controlar e coordenar a execução das ações fiscais de IPTU	124.008.001.001	Processo de cancelamento de isenção de IPTU
		124.008.001.002	Processo de cancelamento de matrícula de IPTU
		124.008.001.003	Processo de implantação de inscrição de IPTU
		124.008.001.004	Processo de revisão de lançamento do cadastro imobiliário
		124.008.001.005	Processo de revisão de ofício do cadastro imobiliário
		124.008.001.006	Processo de revisão do valor venal do imóvel
		124.008.001.007	Processo de transformação do uso do imóvel
124.008.002	Controlar e coordenar a execução das ações fiscais de ISS	124.008.002.001	Processo de autuação de infração do ISS
		124.008.002.002	Processo de cancelamento de Declaração de Serviços Recebidos - DSR
		124.008.002.003	Processo de cancelamento de guia de pagamento de ISS
		124.008.002.004	Processo de cancelamento de notas fiscais
		124.008.002.005	Processo de fiscalização de ISS
		124.008.002.006	Processo de formalização de representação fiscal para fins penais

		124.008.002.007	Processo de homologação de ISS de obras
		124.008.002.008	Processo de notificação de lançamento de débito de ISS
124.008.003	Controlar e coordenar a execução das ações fiscais de ITBI	124.008.003.001	Processo de apuração de reposição de ITBI
		124.008.003.002	Processo de complemento de lançamento de ITBI
		124.008.003.003	Processo de correção de lançamento de ITBI
		124.008.003.004	Processo de emissão de certidão de pagamento de ITBI
		124.008.003.005	Processo de fiscalização de ITBI
		124.008.003.006	Processo de lançamento de ITBI
		124.008.003.007	Processo de parcelamento de pagamento de ITBI
		124.008.003.008	Processo de reconhecimento de imunidade de ITBI
		124.008.003.009	Processo de reconhecimento de isenção de ITBI
		124.008.003.010	Processo de reconhecimento de não incidência de ITBI
		124.008.003.011	Processo de restituição de ITBI
		124.008.003.012	Processo de revisão de lançamento de ITBI
124.009 – Função: Gerenciar, coordenar e orientar o atendimento da Central de Atendimento ao Cidadão			
Atividades		Tipologia Documental	
124.009.001	Emitir e entregar certidões negativas, positivas, ou positivas com efeito de negativa, de tributos e outros débitos municipais	124.009.001.001	Processo de parcelamento de débito de auto de infração
		124.009.001.002	Processo de parcelamento de débitos tributários
124.010 – Função: Planejar e coordenar a execução dos procedimentos licitatórios e dos processos de dispensa e de inexigibilidade de licitação para aquisições e para contratação de serviços			
Atividades		Tipologia Documental	
124.010.001	Dirigir, coordenar e controlar a execução dos Contratos e Licitações	124.010.001.001	Processo de aquisição por dispensa de licitação
		124.010.001.002	Processo de inexigibilidade de licitação
		124.010.001.003	Processo de Licitação
124.011 – Função: Planejar, coordenar, orientar, supervisionar e controlar as atividades de arrecadação e de cobrança de débitos de tributos diversos			
Atividades		Tipologia Documental	
124.011.001	Controlar os valores relativos à constituição, suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários	124.011.001.001	Processo de baixa de débito por prescrição de IPTU
		124.011.001.002	Processo de baixa de débito por prescrição de ISS
		124.011.001.003	Processo de devolução de importância ISS Empresa
		124.011.001.004	Processo de emissão de certidão de inexistência de inscrição do cadastro mobiliário
		124.011.001.005	Processo de restituição de indébito, taxas e outros
		124.011.001.006	Processo de restituição de ISS
124.011.002	Coordenar e executar as atividades de arrecadação e de cobrança de débitos tributários diversos	124.011.002.001	Auto de infração tributário
		124.011.002.002	Ficha de controle de auto de infração tributário
		124.011.002.003	Processo de arrematação de imóvel
		124.011.002.004	Processo de baixa de débito por pagamento de tributo
		124.011.002.005	Processo de restituição de IPTU
		124.011.002.006	Processo de transferência de crédito de tributos
124.012 – Função: Planejar, dirigir, coordenar e controlar a execução e o desenvolvimento das atividades de Legislação Tributária e de Pareceres e Contencioso Fiscal			
Atividades		Tipologia Documental	
124.012.001	Decidir sobre os pedidos de reconhecimento de imunidade, isenção e não-incidência em sede recursal	124.012.001.001	Processo de cancelamento de imunidade de IPTU
		124.012.001.002	Processo de concessão de desconto de IPTU
		124.012.001.003	Processo de impugnação de lançamento de IPTU
		124.012.001.004	Processo de isenção de IPTU
		124.012.001.005	Processo de isenção de ISS
		124.012.001.006	Processo de reconhecimento de imunidade de IPTU
		124.012.001.007	Processo de reconhecimento de imunidade de ISS
		124.012.001.008	Processo de reconhecimento de não incidência de ISS
		124.012.001.009	Processo de renovação de isenção de IPTU
124.012.002	Decidir, em primeira instância, sobre litígios tributários em geral	124.012.002.001	Processo de consulta tributária
124.013 – Função: Planejar, orientar, coordenar e executar as atividades de recepção, verificação, registro e preparo de cadastramento e atualização do Cadastro Mobiliário do Município			
Atividades		Tipologia Documental	
124.013.001	Notificar os contribuintes para regularização do Alvará de Licença	124.013.001.001	Processo de alteração de alvará de licença de funcionamento
		124.013.001.002	Processo de alteração do Cadastro CEC - NEFEL
		124.013.001.003	Processo de alteração do Cadastro CEC-RANFS
		124.013.001.004	Processo de cadastro do CEC NEFEL ou RANFS
		124.013.001.005	Processo de emissão de 2ª via de espelho de alvará de

			licença de funcionamento
		124.013.001.006	Processo de emissão de alvará de inscrição autônomo não localizado ou condomínio
		124.013.001.007	Processo de emissão de alvará inicial de licença de funcionamento
		124.013.001.008	Processo de prorrogação de alvará de licença de funcionamento
124.013.002	Proceder a baixa, paralisação ou suspensão de ofício no cadastro mobiliário	124.013.002.001	Processo de baixa de alvará de licença de funcionamento
		124.013.002.002	Processo de inscrição de canteiro de obras
		124.013.002.003	Processo de paralisação temporária de alvará de licença de funcionamento

124.014 – Função: Promover as contratações de pessoal

Atividades	Tipologia Documental
124.014.001	Elaborar e acompanhar a escala de férias
	124.014.001.001

124.015 – Função: Promover o controle da receita e despesa da Administração Pública Municipal

Atividades	Tipologia Documental
124.015.001	Programar e controlar os pagamentos a serem realizados pela Administração Direta e Indireta
	124.015.001.001
	124.015.001.002

124.016 – Função: Propor diretrizes e critérios para a elaboração do planejamento e programação das atividades da fiscalização

Atividades	Tipologia Documental
124.016.001	Analisar e propor operações fiscais decorrentes de denúncias e proposições de outras unidades administrativas
	124.016.001.001

124.017 – Função: Supervisionar a execução orçamentária e financeira da unidade Encargos Financeiros

Atividades	Tipologia Documental
124.017.001	Executar procedimentos orçamentários relacionados a Encargos Financeiros com a União, contribuições obrigatórias - PASEP, obrigações junto à NitPrev, pagamento de dívidas internas e externas, inclusive referente a operações de créditos e precatórios
	124.017.001.001
	124.017.001.002
	124.017.001.003

ANEXO II

Tabela de Temporalidade de Documentos

124 – Competência: Executar as políticas fiscal e financeira do Governo

124.001 – Função: Supervisionar os controles, despesas de concessionárias, restituições de indébitos e outras

124.001.001 – Atividade: Acompanhar, operacionalizar e controlar os pagamentos das despesas dos órgãos e entidades da PMN com concessionárias de serviços públicos

Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente						
124.001.001.001	Processo de pagamento de serviços de concessionárias	Ostensivo	Até aprovação das contas	5 anos	X		Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. / Água, luz, gás, internet, telefonia. Contém dados pessoais. Em vigor até o cumprimento das obrigações legais.		

124.001.002 – Atividade: Analisar e operacionalizar as solicitações de restituições de indébitos

Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente						
124.001.002.001	Processo de desapropriação de imóvel	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos		X	Lei Federal nº 10.257 de 2001, Decreto Municipal nº 13.984 de 2021. / Contém dados pessoais. Em vigor até o cumprimento das obrigações legais.		
124.001.002.002	Processo de ressarcimento de multa de trânsito	Ostensivo	Enquanto vigora	5 anos	X		Lei Federal nº 9.503 de 1997. / Enquadram-se: pagamentos realizados à maior, pagamentos em duplicidade, além de infrações pagas e posteriormente canceladas por defesa prévia ou recurso. Contém dados pessoais. Em vigor até o cumprimento das obrigações legais.		

124.001.003 – Atividade: Coordenar e operacionalizar as transferências financeiras às entidades da PMN

Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente						



124.001.003.001	Processo de repasse financeiro	Ostensivo	Enquanto vigora	5 anos	X		Contém dados pessoais. / Em vigor até o cumprimento das obrigações legais.		
124.001.003.002	Processo de restos a pagar	Ostensivo	Enquanto vigora	5 anos	X		Decreto Municipal nº 13.082 de 2018. / Contém dados pessoais. Em vigor até o cumprimento das obrigações legais.		
124.001.004 – Atividade: Coordenar e realizar a liquidação dos processos de despesas dos órgãos da Administração Direta									
Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
			Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente			
124.001.004.001	Processo de comprovação de despesas de ajuda de custo	Ostensivo	Até aprovação das contas	5 anos	X		Lei Federal nº 4.320 de 1964. Lei Municipal nº 44 de 1975. Decreto Municipal nº 11.206 de 2012. Decreto Municipal nº 12.071 de 2015. Decreto Municipal nº 12.525 de 2018. Decreto Municipal nº 14.334 de 2022. / Possui dados pessoais. Em vigor até o cumprimento da prestação de contas da despesa ou adiantamento.		
124.001.004.002	Processo de emissão de ordem de pagamento referente a bloqueio com transferência judicial	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos	X		Contém dados pessoais. / Em vigor até o cumprimento das obrigações legais.		
124.001.004.003	Processo de pagamento da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro	Ostensivo	Até aprovação das contas	10 anos	X		Contém dados pessoais. / Em vigor até o cumprimento das obrigações legais		
124.001.004.004	Processo de pagamento de ajuda de custo	Ostensivo	Até aprovação das contas	10 anos	X		Lei Municipal nº 44 de 1975. Decreto Municipal nº 12.071 de 2015. Decreto Municipal nº 12.525 de 2018. Decreto Municipal nº 14.334 de 2022. / Contém dados pessoais. Em vigor até o cumprimento das obrigações legais.		
124.001.004.005	Processo de pagamento de aluguel de imóvel	Ostensivo	Enquanto vigora	5 anos	X		Lei Federal nº 8.245 de 1991. Lei Federal nº 8.666 de 1993. / Contém dados pessoais. Em vigor até o cumprimento das obrigações legais		
124.001.004.006	Processo de pagamento de contrato de prestação de serviços - pessoa física	Ostensivo	Até aprovação das contas	5 anos	X		Decreto Federal nº 3.048 de 1999. / Contratação de colaboradores autônomos e consultor individual - prestação de serviços. Contém dados pessoais. Em vigor até o cumprimento das obrigações legais.		
124.001.004.007	Processo de pagamento de contrato de prestação de serviços - pessoa jurídica	Ostensivo	Até aprovação das contas	10 anos	X		Decreto Federal nº 3.048 de 1999. Decreto nº 20.910 de 1932. Decreto Municipal nº 11.507 de 2013. Decreto Municipal nº 11.604 de 2014. Decreto Municipal nº 11.508 de 2013. Decreto Municipal nº 11.509 de 2013. Lei Federal nº 8.666 de 1993. Decreto-Lei nº 2.300 de 1986. / Pagamento contratos de prestação de serviços, consultoria especializada por pessoa jurídica. Contém dados pessoais. Em vigor até o cumprimento das obrigações legais.		
124.001.004.008	Processo de pagamento de custas judiciais	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos	X		Lei Federal nº 13.105 de 2015. Decreto Municipal 4.652 de 1985. Decreto Municipal nº 10.514 de 1991. Resolução Superior Tribunal de		

							Justiça nº 08 de 2008. / Contém dados pessoais. Em vigor até o cumprimento das obrigações legais.		
124.001.004.009	Processo de pagamento de danos morais	Ostensivo	2 anos	10 anos	X		Lei Federal nº 13.105 de 2015. Ato Normativo nº 05 de 2011 do TJRJ. Lei Federal nº 12.153 de 2009. Lei Federal nº 9.099 de 1995. Lei Federal nº 9.099 de 1999. Lei Federal nº 9.494 de 1997. Medida Provisória nº 2.180 de 1935. / Contém dados pessoais. Em vigor até o cumprimento das obrigações legais.		
124.001.004.010	Processo de pagamento de DPVAT	Ostensivo	Enquanto vigora	5 anos	X		Decreto Municipal nº 12.515 de 2017. Lei Municipal nº 2.453 de 2007. / Contém dados pessoais. Em vigor até o cumprimento das obrigações legais.		
124.001.004.011	Processo de pagamento de estágios	Ostensivo	Até aprovação das contas	5 anos	X		Decreto Federal nº 20.910 de 1932. Decreto-Lei nº 5.452 de 1943. Lei Federal nº 11.788 de 2008. / Contém dados pessoais. Em vigor até o cumprimento das obrigações legais.		
124.001.004.012	Processo de pagamento de evento	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos	X		Contém dados pessoais. Em vigor até o cumprimento das obrigações legais.		
124.001.004.013	Processo de pagamento de pecúnia	Ostensivo	Até aprovação das contas	10 anos	X		Decreto Federal nº 20.910 de 1932. / Contém dados pessoais. Em vigor até o cumprimento das obrigações legais.		
124.001.004.014	Processo de pagamento de requisição de pequeno valor	Ostensivo	Enquanto vigora	5 anos	X		Lei Municipal 3.247 de 2016. / Contém dados pessoais. Em vigor até o cumprimento das obrigações legais.		
124.001.004.015	Processo de pagamento retido	Ostensivo	Até aprovação das contas	10 anos	X		Decreto Federal nº 3.048 de 1999. Decreto Federal nº 10.410 de 2020. / Contém dados pessoais. Em vigor até o cumprimento das obrigações legais.		
124.001.004.016	Processo de ressarcimento ao erário	Ostensivo	Até aprovação das contas	10 anos	X		Decreto Federal nº 3.048 de 1999. / Pagamento de pessoal cedido. Contém dados pessoais. Em vigor até o cumprimento das obrigações legais.		
124.001.004.017	Processo de termo de referência mobiliário	Ostensivo	Enquanto vigora	5 anos	X		Lei Municipal nº 12.518 de 2017. / Contém dados pessoais. Em vigor até o cumprimento das obrigações legais.		

124.002 – Função: Acompanhar a normatização dos procedimentos e operações de contabilidade dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

124.002.001 – Atividade: Acompanhar o processo de registro contábil

Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
			Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente			
124.002.001.001	Balancete analítico ou sintético	Ostensivo	Até aprovação das contas	5 anos		X	Lei 4.320/64. / O Balancete Financeiro é um demonstrativo contábil apresentado mensalmente, que relaciona de forma sistematizada as receitas arrecadadas e as despesas realizadas pelo Município.		
124.002.001.002	Balanço geral	Ostensivo	Até aprovação das contas	5 anos		X	Lei 4.320/1964. / Estatui normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos		

							Municípios e do Distrito Federal. Art. 101. Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, segundo os Anexos números 12, 13, 14 e 15 e os quadros demonstrativos constantes dos Anexos números 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16 e 17.		
124.002.001.003	Livro diário de contabilidade	Ostensivo	Até aprovação das contas	5 anos		X	Lei nº 6.404/1976 Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Livro Diário está regulamentado pela Interpretação ITG 2000 – Escrituração Contábil, editada pelo CFC; pela IN n.º 11/2013 do DREI - Departamento de Registro Empresarial e Integração; e pelo Decreto nº 8.683/2016. Veja também a IN RFB 1.774/2017.		
124.002.001.004	Livro razão contábil	Ostensivo	Até aprovação das contas	5 anos		X	Lei nº 6.404/1976. / Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Livro Diário está regulamentado pela Interpretação ITG 2000 – Escrituração Contábil, editada pelo CFC; pela IN n.º 11/2013 do DREI - Departamento de Registro Empresarial e Integração; e pelo Decreto nº 8.683/2016. Veja também a IN RFB 1.774/2017.		

124.002.002 – Atividade: Efetuar os processos relacionados ao encerramento do exercício

Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
			Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente			
124.002.002.001	Relatório de prestação de contas (PCA)	Ostensivo	Até aprovação das contas	5 anos		X	Deliberação nº 285 / Dispõe sobre o exame das Contas de Governo dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro sob a jurisdição do Tribunal de Contas, prestadas anualmente pelos Prefeitos. Em vigor até o cumprimento das obrigações legais.		

124.003 – Função: Conciliar a movimentação das contas correntes, de aplicações financeiras e de adiantamento de recursos

124.003.001 – Atividade: Realizar a prestação de contas da movimentação financeira das contas bancárias

Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
			Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente			
124.003.001.001	Extrato de comprovação de movimentação de conta corrente	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos	X		Deliberação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro nº 277 de 2017. Lei Federal nº 4.320 de 1964. / Em vigor até o fechamento financeiro mensal.		
124.003.001.002	Processo de comprovação de despesas de tarifas bancárias	Ostensivo	1 ano após a aprovação das contas	5 anos	X		Deliberação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro nº 277 de 2017. Lei Federal nº 4.320 de 1964. / Contém dados pessoais. Em vigor até o cumprimento das obrigações legais.		
124.003.001.003	Processo de liquidação de tarifas bancárias de arrecadação	Ostensivo	1 ano após a aprovação das	5 anos	X		Deliberação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro nº 277 de		

			contas				2017; Lei Federal nº 4.320 de 1964. / Observar prazo de 5 anos do Tribunal de Contas. Em vigor até o cumprimento das obrigações legais.		
124.003.001.004	Processo de reavaliação de orçamento de exercícios anteriores	Ostensivo	Enquanto vigora	5 anos	X		Deliberação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro nº 277 de 2017; Lei Federal nº 4.320 de 1964. / Cumprir o prazo do Tribunal de Contas do Estado. Em vigor até a realização das liquidações.		

124.004 – Função: Coordenar e executar a inscrição dos contribuintes do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU

124.004.001 – Atividade: Coordenar e emitir as certidões cadastrais

Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
			Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente			
124.004.001.001	Processo de alteração de endereço de correspondência do contribuinte	Ostensivo	Ano de exercício	nenhum	X		Lei Municipal nº 3.368 de 2018. Lei Municipal nº 3.681 de 2021. / Contém dados pessoais.		
124.004.001.002	Processo de alteração de titularidade de imóvel	Ostensivo	5 anos	5 anos	X		Lei Municipal nº 3.368 de 2018. Lei Municipal nº 3.598 de 2021. Lei Municipal nº 3.681 de 2021. / Contém dados pessoais.		
124.004.001.003	Processo de emissão de certidão de construção para averbação	Ostensivo	2 anos	nenhum	X		Lei Municipal nº 3.368 de 2018. Decreto Municipal nº 14.104 de 2021. Decreto Municipal nº 11.089/2012. / Contém dados pessoais.		
124.004.001.004	Processo de emissão de certidão de implantação de matrícula de IPTU	Ostensivo	2 anos	nenhum	X		Decreto Municipal nº 14.104 de 2021. Lei Municipal nº 3.368 de 2018. / Contém dados pessoais.		
124.004.001.005	Processo de emissão de certidão de inexistência de inscrição de matrícula do cadastro imobiliário	Ostensivo	2 anos	nenhum	X		Decreto Municipal nº 14.104 de 2021. Lei Municipal nº 3.368 de 2018. Decreto Municipal nº 14.420 de 2022. Lei Municipal nº 2597 de 2008. / Contém dados pessoais.		
124.004.001.006	Processo de emissão de certidão de inscrição de IPTU	Ostensivo	2 anos	nenhum	X		Lei Municipal nº 3.368 de 2018. Decreto Municipal nº 14.104 de 2021. / Contém dados pessoais.		
124.004.001.007	Processo de emissão de certidão de metragem de imóvel	Ostensivo	2 anos	nenhum	X		Decreto Municipal nº 14.104 de 2021. Lei Municipal nº 3.368 de 2018. / Contém dados pessoais.		
124.004.001.008	Processo de emissão de certidão de modificação/acréscimo de imóvel	Ostensivo	2 anos	nenhum	X		Decreto Municipal nº 14.104 de 2021. Lei Municipal nº 3.368 de 2018. Decreto Municipal nº 11.089 de 2012. / Contém dados pessoais.		
124.004.001.009	Processo de emissão de certidão de regularidade de débitos	Ostensivo	2 anos	nenhum	X		Decreto Municipal nº 14.104 de 2021. Lei Municipal nº 3.368 de 2018. / Contém dados pessoais.		
124.004.001.010	Processo de emissão de certidão do cadastro imobiliário	Ostensivo	2 anos	nenhum	X		Lei Municipal nº 3.368 de 2018. Decreto Municipal nº 14.104 de 2021. Lei Municipal nº 2.527 de 2008. / Contém dados pessoais.		
124.004.001.011	Processo de emissão de certidão terreno e remembramento de lote	Ostensivo	2 anos	nenhum	X		Decreto Municipal nº 14.104 de 2021. Lei Municipal nº 3.368 de 2018. Decreto Municipal nº 11.089 de 2012. / Contém dados pessoais.		

124.004.002 – Atividade: Efetuar levantamentos, no local, para efeito de revisão ou atualização cadastral

Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
			Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente			
124.004.002.001	Processo de vistoria de imóvel	Ostensivo	Até a conclusão da apuração	10 anos		X	Lei Federal nº 5.172 de 1966. Lei Municipal nº 2597 de 2008. / Contém dados		

[illegible]

124.005 – Função: Coordenar e executar as atividades de arrecadação e de cobrança de taxas, contribuições e demais receitas municipais

124.005.001 – Atividade: Controlar e acompanhar os registros de lançamentos, de pagamentos, de compensações e de restituições referente às taxas, às contribuições e às demais receitas municipais

Contribuições e as demais receitas municipais			PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
Tipologia		Classificação de Acesso	Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente			
124.005.001.001	Processo de distribuição de prospectos, cartazes e cartaz transportável	Ostensivo	Enquanto vigora	5 anos	X		Lei Federal nº 5.172 de 1966. Lei Municipal nº 2.597 de 2008. / Contém dados pessoais. Protegido por sigilo fiscal. Em vigor até o pagamento da guia.		
124.005.001.002	Processo de emissão de certidão de débitos municipais	Ostensivo	Enquanto vigora	5 anos	X		Lei Federal nº 5.172 de 1966. Lei Municipal nº 2.597 de 2008. / Contém dados pessoais. Protegido por sigilo fiscal. Em vigor até a emissão da certidão.		
124.005.001.003	Processo de emissão de certidão de isenção de publicidade	Ostensivo	2 anos	nenhum	X		Lei Municipal nº 2.597 de 2008. Lei Municipal nº 3.368 de 2018. / Contém dados pessoais.		
124.005.001.004	Processo de emissão de certidão de ISS	Ostensivo	2 anos	nenhum	X		Decreto Municipal nº 10.191 de 2007. Decreto Municipal nº 11.089 de 2011. / ISS de publicidade, obras, empresa e outros. Contém dados pessoais.		
124.005.001.005	Processo de lançamento de taxa e publicidade	Ostensivo	2 anos	5 anos	X		Lei Municipal nº 3.368 de 2018. / Contém dados pessoais.		
124.005.001.006	Processo de renovação de publicidade	Ostensivo	2 anos	5 anos	X		Lei Municipal nº 2.624 de 2008. / Contém dados pessoais.		

124.006	Função: Estabelecer diretrizes para o funcionamento do Arquivo, a gestão, a preservação e o acesso aos documentos
---------	---

124.006.001 – Atividade: Manter arquivo da documentação administrativa emitida e recebida pelos órgãos e unidades do Município

24.006.001 – Atividade: manter arquivo da documentação administrativa emitida e recebida pelos órgãos e unidades do município				PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
Tipologia		Classificação de Acesso	Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente				
124.006.001.001	Plano de classificação de documentos	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos		X	Lei Federal nº 8.159 de 1991. Resolução CONARQ nº 40 de 2014. Resolução CONARQ nº 27 de 2008. Portaria nº 019/SMF/2021. / Em vigor até a atualização e publicação do Plano de classificação de documentos.		Processo de aprovação de tabela de temporalidade e plano de classificação de documentos;	
124.006.001.002	Processo de aprovação de tabela de temporalidade e plano de classificação de documentos	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos		X	Lei Federal nº 8.159 de 1991. Resolução CONARQ nº 40 de 2014. Resolução CONARQ nº 27 de 2008. Portaria nº 019/SMF/2021. / Em vigor até a atualização e publicação do plano de classificação de documentos e da tabela de temporalidade de documentos.			
124.006.001.003	Processo de recolhimento de documentos	Ostensivo	Enquanto vigora	5 anos		X	Lei Federal nº 8.159 de 1991. Resolução CONARQ nº 24 de 2006. Resolução CONARQ nº 40 de 2014. Resolução CONARQ nº 27 de 2008. Portaria nº 019/SMF/2021. / Em vigor até o ingresso dos documentos no órgão responsável pela sua guarda permanente.			
124.006.001.004	Processo de transferência de documentos	Ostensivo	Enquanto vigora	5 anos		X	Lei Federal nº 8.159 de 1991. Resolução CONARQ nº 40 de 2014. Resolução CONARQ nº 27 de 2008. Portaria nº 019/SMF/2021. / Em vigor até o ingresso dos documentos no órgão responsável			

							pela sua guarda intermediária.		
124.006.001.005	Relação de recolhimento de documentos	Ostensivo	2 anos	5 anos		X	Lei Federal nº 8.159 de 1991. Resolução CONARQ nº 24 de 2006. Resolução CONARQ nº 40 de 2014. Resolução CONARQ nº 27 de 2008. Portaria nº 019/SMF/2021.		
124.006.001.006	Requerimento de desarquivamento de documentos	Ostensivo	Ano de exercício	5 anos	X		Em vigor até o cumprimento das obrigações legais.		
124.006.001.007	Tabela de temporalidade de documentos	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos		X	Lei Federal nº 8.159 de 1991. Resolução CONARQ nº 24 de 2006. Resolução CONARQ nº 40 de 2014. Resolução CONARQ nº 27 de 2008. Portaria nº 019/SMF/2021. / Em vigor até a atualização e publicação da tabela de temporalidade de documentos.	Processo de aprovação de tabela de temporalidade e plano de classificação de documentos;	
124.006.001.008	Termo de recolhimento de documentos	Ostensivo	2 anos	5 anos		X	Lei Federal nº 8.159 de 1991. Resolução CONARQ nº 24 de 2006. Resolução CONARQ nº 40 de 2014. Resolução CONARQ nº 27 de 2008. Portaria nº 019/SMF/2021.		

124.006.002 – Atividade: Realizar a gestão de eliminação de documentos

Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
			Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente			
124.006.002.001	Edital de ciência de eliminação de documentos	Ostensivo	2 anos	nenhum		X	Lei Federal nº 8.159 de 1991. Resolução CONARQ nº 24 de 2006. Resolução CONARQ nº 40 de 2014. Resolução CONARQ nº 27 de 2008. Portaria nº 019/SMF/2021. / O Edital de ciência de eliminação de documentos visa dar publicidade à eliminação de documentos públicos.		Processo de eliminação de documentos.
124.006.002.002	Lista de eliminação de documentos	Ostensivo	2 anos	nenhum		X	Lei Federal nº 8.159 de 1991. Resolução CONARQ nº 24 de 2006. Resolução CONARQ nº 40 de 2014. Resolução CONARQ nº 27 de 2008. Portaria nº 019/SMF/2021.		Processo de eliminação de documentos.
124.006.002.003	Ofício de autorização de eliminação de documentos	Ostensivo	2 anos	nenhum		X	Lei Federal nº 8.159 de 1991. Resolução CONARQ nº 24 de 2006. Resolução CONARQ nº 40 de 2014. Resolução CONARQ nº 27 de 2008. Portaria nº 019/SMF/2021.		Processo de eliminação de documentos.
124.006.002.004	Processo de eliminação de documentos	Ostensivo	Enquanto vigora	5 anos		X	Lei Federal nº 8.159 de 1991. Resolução CONARQ nº 24 de 2006. Resolução CONARQ nº 40 de 2014. Resolução CONARQ nº 27 de 2008. Portaria nº 019/SMF/2021. / Em vigor até a assinatura do Termo de eliminação de documentos.		
124.006.002.005	Termo de eliminação de documentos	Ostensivo	2 anos	nenhum		X	Lei Federal nº 8.159 de 1991. Resolução CONARQ nº 24 de 2006. Resolução CONARQ nº 40 de 2014. Resolução CONARQ nº 27 de 2008. Portaria nº 019/SMF/2021.		Processo de eliminação de documentos

124.006.003 – Atividade: Receber e controlar a movimentação dos documentos e processos administrativos em arquivo

		PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO					
--	--	--------------	--	------------	--	--	--	--	--

Tipologia		Classificação de Acesso	Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente	Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
124.006.003.001	Lista/listagem de transferência de documentos	Ostensivo	Enquanto vigora	5 anos		X	Lei Federal nº 8.159 de 1991. Resolução CONARQ nº 24 de 2006. Resolução CONARQ nº 40 de 2014. Resolução CONARQ nº 27 de 2008. Portaria nº 019/SMF/2021. // Em vigor até o ingresso dos documentos no órgão responsável pela sua guarda intermediária.		Processo de transferência de documentos.
124.006.003.002	Processo de emissão de certidão de inteiro teor	Ostensivo	Enquanto vigora	nenhum	X		Portaria nº 033/SMF de 2018. / Contém dados pessoais. Em vigor 9 meses após a emissão da Certidão de Inteiro Teor.		
124.006.003.003	Termo de transferência de documentos	Ostensivo	Enquanto vigora	5 anos		X	Lei Federal nº 8.159 de 1991. Resolução CONARQ nº 24 de 2006. Resolução CONARQ nº 40 de 2014. Resolução CONARQ nº 27 de 2008. Portaria nº 019/SMF/2021. // Em vigor até o ingresso dos documentos no órgão responsável pela sua guarda intermediária.		Processo de transferência de documentos

124.007 – Função: Estabelecer e supervisionar a programação e a execução financeira dos órgãos

124.007.001 – Atividade: Acompanhar e realizar o pagamento de pessoal da administração direta e realizar a descentralização financeira para as entidades da administração indireta

Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
			Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente			
124.007.001.001	Processo de pagamento de férias	Ostensivo	Até aprovação das contas	10 anos	X		CRFB de 1988. Decreto-Lei Federal nº 5.452 de 1943. / Contém dados pessoais.		
124.007.001.002	Processo de pagamento de pensão alimentícia	Ostensivo	Enquanto vigora	60 anos	X		Lei Federal nº 5.478 de 1968. Lei Federal nº 10.406 de 2002. / Contém dados pessoais. Em vigor até a concessão ou não do direito.		
124.007.001.003	Processo de pagamento de pessoal	Ostensivo	Até aprovação das contas	10 anos	X		Decreto Federal nº 3.048 de 1999. Decreto Federal nº 10.410 de 2020. / Folha de pagamento. Contém dados pessoais.		

124.008 – Função: Estabelecer planos de fiscalização de receitas tributárias, controlar e avaliar sua execução

124.008.001 – Atividade: Controlar e coordenar a execução das ações fiscais de IPTU

Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
			Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente			
124.008.001.001	Processo de cancelamento de isenção de IPTU	Ostensivo	Até a conclusão da apuração	5 anos		X	Decreto Municipal nº 10.487 de 2009. / APA-U, ex-combatentes, aposentado ou pensionista, deficiente físico ou mental ou portador do vírus HIV/AIDS, propriedades de sociedades desportivas, culturais e recreativas sem finalidade lucrativa, federações e confederações, entes federados, autarquias e fundações públicas, pessoa estrangeira de direito público, entidade sem fins lucrativos de interesse público, explorado por meio de obras públicas, em comodato para entidades religiosas ou filantrópicas, associações de classe de servidores do município. Contém dados pessoais e		

			Até a conclusão da apuração	5 anos		X	sensíveis.		
124.008.001.002	Processo de cancelamento de matrícula de IPTU	Ostensivo	Até a conclusão da apuração	5 anos		X	Lei Municipal nº 2.597 de 2008. / Contém dados pessoais.		
124.008.001.003	Processo de implantação de inscrição de IPTU	Ostensivo	Até a conclusão da apuração	5 anos		X	Lei Municipal nº 2.597 de 2008. / Contém dados pessoais.		
124.008.001.004	Processo de revisão de lançamento do cadastro imobiliário	Ostensivo	Até a conclusão da apuração	5 anos		X	Lei Municipal nº 3.368 de 2018. / Contém dados pessoais.		
124.008.001.005	Processo de revisão de ofício do cadastro imobiliário	Ostensivo	Até a conclusão da apuração	5 anos		X	Lei Municipal 3.368 de 2018. / Tributação territorial, predial, alteração das características da construção, mudança de endereço, identificação de lote e quadra. Contém dados pessoais.		
124.008.001.006	Processo de revisão do valor venal do imóvel	Ostensivo	Até a conclusão da apuração	5 anos		X	Lei Municipal nº 2.597 de 2008. / Contém dados pessoais.		
124.008.001.007	Processo de transformação do uso do imóvel	Ostensivo	Até a conclusão da apuração	5 anos		X	Lei Municipal nº 3.368 de 2018. / Modificação ou transformação de uso, de residencial para comercial, de edificação para terreno, ou de terreno para edificação para construção. Contém dados pessoais.		

124.008.002 – Atividade: Controlar e coordenar a execução das ações fiscais de ISS

Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
			Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente			
124.008.002.001	Processo de autuação de infração do ISS	Ostensivo	Enquanto vigora	15 anos		X	Lei Federal nº 5.172 de 1966. Lei nº 8.137 de 1990. Lei Municipal nº 2.597 de 2008. Lei Municipal nº 3.252 de 2016. / Contém dados pessoais. Em vigor até a extinção ou exclusão do crédito tributário		
124.008.002.002	Processo de cancelamento de Declaração de Serviços Recebidos - DSR	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos		X	Lei Federal nº 5.172 de 1966. Lei Municipal nº 2.597 de 2008. Decreto nº 12.938 de 2018. Lei Federal nº 116 de 2003. / Contém dados pessoais. Em vigor até a extinção ou exclusão do crédito tributário		
124.008.002.003	Processo de cancelamento de guia de pagamento de ISS	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos		X	Lei Federal nº 5.172 de 1966. Lei nº 6.404 de 1976. Lei Municipal nº 2.624 de 2008. / Contém dados pessoais. Em vigor até a extinção ou exclusão do crédito tributário		
124.008.002.004	Processo de cancelamento de notas fiscais	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos		X	Lei Federal nº 5.172 de 1966. Lei Municipal nº 2.597 de 2008. Decreto Municipal nº 10.487 de 2009. Decreto Municipal nº 11.089 de 2012. Decreto Municipal 12.938 de 2018. / Contém dados pessoais. / Em vigor até a extinção ou exclusão do crédito tributário		
124.008.002.005	Processo de fiscalização de ISS	Ostensivo	Enquanto vigora	15 anos		X	Lei Federal nº 5.172 de 1966. Lei Municipal de 2.115 de 2003. Lei Municipal nº 2.597 de 2008. Lei Municipal nº 2.624 de 2008. / Contém dados pessoais. Em vigor até a extinção ou exclusão do crédito tributário		
124.008.002.006	Processo de formalização de representação fiscal para fins penais	Ostensivo	Enquanto vigora	15 anos		X	Lei Federal nº 5.172 de 1966. Lei Municipal		

							nº 2.597 de 2008. Lei Municipal nº 8.137 de 1990. / Contém dados pessoais. Em vigor até a extinção ou exclusão do crédito tributário		
124.008.002.007	Processo de homologação de ISS de obras	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos		X	Lei Federal nº 5.172 de 1966. Lei Municipal nº 2.597 de 2008. Decreto Municipal 11.089 de 2012. / Contém dados pessoais. O lançamento de ISS e a Decadência compõem este processo. Em vigor até a extinção ou exclusão do crédito tributário		
124.008.002.008	Processo de notificação de lançamento de débito de ISS	Ostensivo	Enquanto vigora	15 anos		X	Lei Federal nº 5.172 de 1966. Lei Municipal nº 2.597 de 2008. Lei Municipal nº 3.368 de 2018. / Contém dados pessoais. A notificação do lançamento de débito é feita anualmente e em massa. Em vigor até a extinção ou exclusão do crédito tributário.		

124.008.003 – Atividade: Controlar e coordenar a execução das ações fiscais de ITBI

Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
			Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente			
124.008.003.001	Processo de apuração de reposição de ITBI	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos		X	Art. 1.245 da Lei nº 10.406/2002 Código Civil, Lei Municipal nº 2.597 de 2008. / Contém dados pessoais.		
124.008.003.002	Processo de complemento de lançamento de ITBI	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos		X	Art. 1.245 da Lei nº 10.406/2002 Código Civil, Lei Municipal nº 3.368 de 2018. / Contém dados pessoais.		
124.008.003.003	Processo de correção de lançamento de ITBI	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos		X	Art. 1.245 Lei nº 10.406/2002 Código Civil. / Contém dados pessoais.		
124.008.003.004	Processo de emissão de certidão de pagamento de ITBI	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos		X	Art. 1.245 da Lei nº 10.406/2002 Código Civil. Lei Municipal nº 2.597 de 2008. / Contém dados pessoais.		
124.008.003.005	Processo de fiscalização de ITBI	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos		X	Art. 1.245 da Lei nº 10.406/2002 Código Civil, Decreto Municipal nº 10.487 de 2009. Lei Municipal nº 2.597 de 2008. / Contém dados pessoais.		
124.008.003.006	Processo de lançamento de ITBI	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos		X	Art. 1.245 da Lei nº 10.406/2002 Código Civil. Lei Municipal nº 2.597 de 2008. / Contém dados pessoais.		
124.008.003.007	Processo de parcelamento de pagamento de ITBI	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos		X	Art. 1.245 da Lei nº 10.406/2002 Código Civil. Lei Municipal nº 1.720 de 1999. / Contém dados pessoais.		
124.008.003.008	Processo de reconhecimento de imunidade de ITBI	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos		X	Art. 1.245 da Lei nº 10.406/2002 Código Civil. Lei Federal nº 5.172 de 1966. Lei Municipal nº 3.368 de 2018. Lei Municipal 2597 de 2008. / Contém dados pessoais.		
124.008.003.009	Processo de reconhecimento de isenção de ITBI	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos		X	Art. 1.245 da Lei nº 10.406/2002 Código Civil. Lei Municipal nº 3.368 de 2018. Lei Municipal nº 2.597 de 2008. / Contém dados pessoais. Em vigor até a finalização da transação de compra/venda do imóvel.		

124.008.003.010	Processo de reconhecimento de não incidência de ITBI	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos		X	Art. 1.245 da Lei nº 10.406/2002 Código Civil. Lei Federal nº 8.934 de 1994. Lei Municipal nº 3.368 de 2018. Resolução SMF nº 031 de 2018. / Contém dados pessoais.		
124.008.003.011	Processo de restituição de ITBI	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos		X	Art. 1.245 da Lei nº 10.406/2002 Código Civil. Lei Municipal nº 3.368 de 2018. / Contém dados pessoais. Em vigor até a realização da restituição.		
124.008.003.012	Processo de revisão de lançamento de ITBI	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos		X	Art. 1.245 da Lei nº 10.406/2002 Código Civil. Decreto Municipal nº 10.487 de 2009. Lei Municipal nº 2.597 de 2008. Decreto Municipal nº 9.735 de 2005. / Contém dados pessoais.		

124.009 – Função: Gerenciar, coordenar e orientar o atendimento da Central de Atendimento ao Cidadão

124.009.001 – Atividade: Emitir e entregar certidões negativas, positivas, ou positivas com efeito de negativa, de tributos e outros débitos municipais

Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
			Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente			
124.009.001.001	Processo de parcelamento de débito de auto de infração	Ostensivo	2 anos	5 anos	X		Lei Municipal nº 3.368 de 2018. Lei Municipal nº 3.420 de 2019. / Vincular o número do auto de infração e a motivação. Contém dados pessoais.		
124.009.001.002	Processo de parcelamento de débitos tributários	Ostensivo	2 anos	5 anos	X		Lei Municipal nº 3.240 de 2019. Lei Municipal nº 3.368 de 2018. Decreto Municipal nº 10.487 de 2009. Decreto Municipal nº 11.643 de 2014. / IPTU, ISS, taxas e outros tributos. Contém dados pessoais.		

124.010 – Função: Planejar e coordenar a execução dos procedimentos licitatórios e dos processos de dispensa e de inexigibilidade de licitação para aquisições e para contratação de serviços

124.010.001 – Atividade: Dirigir, coordenar e controlar a execução dos Contratos e Licitações

Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
			Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente			
124.010.001.001	Processo de aquisição por dispensa de licitação	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos	X		Lei Municipal nº 8.666 de 1993. Lei Complementar nº 101 de 2000. Lei Municipal nº 10.520 de 2002. / Contém dados pessoais. Em vigor até o término da prestação de serviço/contrato.		
124.010.001.002	Processo de inexigibilidade de licitação	Ostensivo	Enquanto vigora	5 anos	X		Lei Municipal nº 8.666 de 1993. Lei Complementar nº 101 de 2000. Lei Municipal nº 10.520 de 2002. / Contém dados pessoais. Em vigor até o término da prestação de serviço/contrato.		
124.010.001.003	Processo de Licitação	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos	X		Lei Municipal nº 8.666 de 1993. Lei Complementar nº 101 de 2000. Lei Municipal nº 10.520 de 2002. / Em vigor até o término da prestação de serviço/contrato objeto da licitação.		

124.011 – Função: Planejar, coordenar, orientar, supervisionar e controlar as atividades de arrecadação e de cobrança de débitos de tributos diversos

124.011.001 – Atividade: Controlar os valores relativos à constituição, suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários

Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
			Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente			
124.011.001.001	Processo de baixa de débito por prescrição de IPTU	Ostensivo	2 anos	5 anos	X		Lei Federal 5.172 de 1966. Lei Municipal nº 3.368 de 2018. / Contém dados pessoais.		
124.011.001.002	Processo de baixa de débito por prescrição de ISS	Ostensivo	2 anos	5 anos	X		Lei federal nº 5.172 de 1966. Decreto Municipal nº 10.487		

							de 2009. / Contém dados pessoais.		
124.011.001.003	Processo de devolução de importância ISS Empresa	Ostensivo	2 anos	5 anos	X		Lei Municipal nº 2.849 de 2011. Lei Municipal nº 3.048 de 2013. / Contém dados pessoais.		
124.011.001.004	Processo de emissão de certidão de inexistência de inscrição do cadastro mobiliário	Ostensivo	2 anos	nenhum	X		Instrução Normativa RFB nº 1863 de 2018. Lei federal nº 6.015 de 1973. Lei Federal nº 4.320 de 1964. / Contém dados pessoais.		
124.011.001.005	Processo de restituição de indébito, taxas e outros	Ostensivo	2 anos	5 anos	X		Lei Federal nº 6.830 de 1980. Lei federal nº 13.105 de 2015., Lei Municipal nº 480 de 1983. Lei Municipal nº 1.813 de 2000. Lei Municipal nº 2.564 de 2008. / Cobrança ou lançamento indevido de tributos. Contém dados pessoais.		
124.011.001.006	Processo de restituição de ISS	Ostensivo	2 anos	5 anos	X		Lei Federal nº 5.172 de 1966. Lei Municipal nº 2.597 de 2008. Lei Municipal nº 3.368 de 2018. / Contém dados pessoais.		

124.011.002 – Atividade: Coordenar e executar as atividades de arrecadação e de cobrança de débitos tributários diversos

Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
			Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente			
124.011.002.001	Auto de infração tributário	Ostensivo	2 anos	10 anos	X		Instrução Normativa SMF nº 02 de 2012. Lei Municipal nº 2.597 de 2008. / Contém dados pessoais. Protegido pelo sigilo fiscal.		
124.011.002.002	Ficha de controle de auto de infração tributário	Ostensivo	2 anos	10 anos	X		Contém dados pessoais. Protegido por sigilo fiscal.		
124.011.002.003	Processo de arrematação de imóvel	Ostensivo	Enquanto vigora	5 anos		X	Lei Municipal nº 2.597 de 2008. / Contém dados pessoais. Protegido por sigilo fiscal. Em vigor até a execução da demanda.		
124.011.002.004	Processo de baixa de débito por pagamento de tributo	Ostensivo	2 anos	5 anos	X		Lei Municipal nº 2.597 de 2008. Lei Municipal nº 1.813 de 2000. / Contém dados pessoais.		
124.011.002.005	Processo de restituição de IPTU	Ostensivo	Enquanto vigora	5 anos	X		Lei Municipal nº 3.368 de 2018. / Contém dados pessoais. Em vigor até que se esgote a necessidade de consulta.		
124.011.002.006	Processo de transferência de crédito de tributos	Ostensivo	2 anos	5 anos	X		Lei Municipal nº 3.368 de 2018. / IPTU, ISS, vigilância sanitária, TVCF. Contém dados pessoais.		

124.012 – Função: Planejar, dirigir, coordenar e controlar a execução e o desenvolvimento das atividades de Legislação Tributária e de Pareceres e Contencioso Fiscal

124.012.001 – Atividade: Decidir sobre os pedidos de reconhecimento de imunidade, isenção e não-incidência em sede recursal

Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
			Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente			
124.012.001.001	Processo de cancelamento de imunidade de IPTU	Ostensivo	Até a conclusão da apuração	5 anos		X	Lei 3.368 de 2018 Art. 122 a 125. Decreto Municipal nº 10.487 de 2009. Lei Municipal nº 2.597 de 2008. / Contém dados pessoais.		
124.012.001.002	Processo de concessão de desconto de IPTU	Ostensivo	Até a conclusão da apuração	10 anos		X	Lei Municipal nº 3.428 de 2019. Lei Municipal nº 3.368 de 2018. Lei Municipal nº 2.597 de 2008. / Contém dados pessoais		
124.012.001.003	Processo de impugnação de lançamento de IPTU	Ostensivo	Até a conclusão da apuração	10 anos		X	Lei Municipal nº 3.368 de 2018. Lei Municipal nº 2.597 de 2008. / Contém dados pessoais; Protegido por sigilo fiscal.		
124.012.001.004	Processo de isenção de IPTU	Ostensivo	Até a conclusão	10 anos		X	Decreto Municipal nº 10.487 de 2009. Lei		

			da apuração				Municipal nº 2.597 de 2008. / APA-U, ex-combatentes, aposentado ou pensionista, deficiente físico ou mental ou portador do vírus HIV/AIDS, propriedades de sociedades desportivas, culturais e recreativas sem finalidade lucrativa, federações e confederações, entes federados, autarquias e fundações públicas, pessoa estrangeira de direito público, entidade sem fins lucrativos de interesse público, explorado por meio de obras públicas, em comodato para entidades religiosas ou filantrópicas, associações de classe de servidores do município, de terreno non aedificandi. Contém dados pessoais sensíveis.		
124.012.001.005	Processo de isenção de ISS	Ostensivo	Até a conclusão da apuração	10 anos		X	Lei Municipal nº 2.597 de 2008. / Contém dados pessoais. Protegido por sigilo fiscal.		
124.012.001.006	Processo de reconhecimento de imunidade de IPTU	Ostensivo	Até a concessão de benefício	20 anos		X	CRFB de 1988. Lei Municipal nº 3.368 de 2018. / Contém dados pessoais.		
124.012.001.007	Processo de reconhecimento de imunidade de ISS	Ostensivo	Até a concessão de benefício	20 anos		X	CRFB de 1988. Lei Municipal nº 2.597 de 2008. Decreto Municipal nº 10.487 de 2009. / Contém dados pessoais.		
124.012.001.008	Processo de reconhecimento de não incidência de ISS	Ostensivo	Até a conclusão da apuração	20 anos		X	Lei Municipal nº 2.597 de 2008. / Contém dados pessoais.		
124.012.001.009	Processo de renovação de isenção de IPTU	Ostensivo	Até a conclusão da apuração	10 anos		X	Decreto 10.487 de 2009. Lei Municipal nº 2.597 de 2008. / APA-U, ex-combatentes, aposentado ou pensionista, deficiente físico ou mental ou portador do vírus HIV/AIDS, propriedades de sociedades desportivas, culturais e recreativas sem finalidade lucrativa, federações e confederações, entes federados, autarquias e fundações públicas, pessoa estrangeira de direito público, entidade sem fins lucrativos de interesse público, explorado por meio de obras públicas, em comodato para entidades religiosas ou filantrópicas, associações de classe de servidores do município, de terreno non aedificandi. Contém dados pessoais sensíveis.		

124.012.002 - Atividade: Decidir, em primeira instância, sobre litígios tributários em geral

Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
			Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente			
124.012.002.001	Processo de consulta tributária	Ostensivo	2 anos	10 anos		X	Decreto Municipal nº 10.487 de 2009. Lei Municipal nº 3.368 de 2018. / Contém dados pessoais.		

124.013 – Função: Planejar, orientar, coordenar e executar as atividades de recepção, verificação, registro e preparo de cadastramento e atualização do Cadastro Mobiliário do Município

124.013.001 – Atividade: Notificar os contribuintes para regularização do Alvará de Licença

		PRAZO GUARDA	DESTINAÇÃO
--	--	--------------	------------

Tipologia		Classificação de Acesso	Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente	Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
124.013.001.001	Processo de alteração de alvará de licença de funcionamento	Ostensivo	2 anos	10 anos	X		Lei Municipal nº 3.368 de 2018. Lei Municipal nº 2.624 de 2008. / Alteração de atividade, razão social, endereço, sócios, definitivo, entre outros. Contém dados pessoais.		
124.013.001.002	Processo de alteração do Cadastro CEC - NEFEL	Ostensivo	2 anos	nenhum	X		Decreto Municipal nº 10.767 de 2010. / Contém dados pessoais.		
124.013.001.003	Processo de alteração do Cadastro CEC-RANFS	Ostensivo	2 anos	nenhum	X		Decreto Municipal nº 11.089 de 2012. Decreto Municipal nº 10.767 de 2010. Lei Municipal nº 3.368 de 2018. / Contém dados pessoais		
124.013.001.004	Processo de cadastro do CEC NEFEL ou RANFS	Ostensivo	2 anos	nenhum	X		Decreto nº 11.089 de 2012. Lei Municipal nº 3.368 de 2018. / Contém dados pessoais.		
124.013.001.005	Processo de emissão de 2ª via de espelho de alvará de licença de funcionamento	Ostensivo	2 anos	nenhum	X		Lei Municipal nº 3.368 de 2018. Lei Municipal nº 2.624 de 2008. / Contém dados pessoais.		
124.013.001.006	Processo de emissão de alvará de inscrição autônomo não localizado ou condomínio	Ostensivo	2 anos	10 anos	X		Lei Municipal nº 3.368 de 2018. Lei Municipal nº 2.624 de 2008. / Contém dados pessoais.		
124.013.001.007	Processo de emissão de alvará inicial de licença de funcionamento	Ostensivo	2 anos	10 anos	X		Lei Municipal nº 3.368 de 2018. Lei Municipal nº 2.624 de 2008. / Autorização para funcionamento de estabelecimento, autônomo, precário, temporário, provisório, definitivo. Contém dados pessoais.		
124.013.001.008	Processo de prorrogação de alvará de licença de funcionamento	Ostensivo	2 anos	5 anos	X		Lei Municipal 3.368 de 2018. Lei Municipal nº 2.624 de 2008. / Funcionamento de estabelecimento, autônomo, precário ou alvará temporário, provisório. Contém dados pessoais.		

124.013.002 – Atividade: Proceder a baixa, paralisação ou suspensão de ofício no cadastro mobiliário

Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
			Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente			
124.013.002.001	Processo de baixa de alvará de licença de funcionamento	Ostensivo	Até a conclusão da apuração	10 anos	X		Decreto Municipal nº 10.316 de 2008. Lei Municipal 3.368 de 2018. / Transferência de município ou encerramento das atividades, pessoa física ou jurídica. Contém dados pessoais.		
124.013.002.002	Processo de inscrição de canteiro de obras	Ostensivo	Até a conclusão da apuração	5 anos	X		Decreto Municipal nº 11.089 de 2012. Lei Municipal nº 3.368 de 2018. / Construção civil e de recolhimento de ISS, pessoa física ou jurídica. Contém dados pessoais.		
124.013.002.003	Processo de paralisação temporária de alvará de licença de funcionamento	Ostensivo	Até a conclusão da apuração	10 anos	X		Decreto Municipal nº 10.316 de 2008. Lei Municipal nº 3.368 de 2018. / Contém dados pessoais.		

124.014 – Função: Promover as contratações de pessoal

124.014.001 – Atividade: Elaborar e acompanhar a escala de férias

Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
			Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente			
124.014.001.001	Processo de programação de férias	Ostensivo	Ano de exercício	5 anos	X		Lei Municipal nº 531 de 1985. / Contém dados pessoais.		

124.015 – Função: Promover o controle da receita e despesa da Administração Pública Municipal

124.015.001 – Atividade: Programar e controlar os pagamentos a serem realizados pela Administração Direta e Indireta

Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
			Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente			
124.015.001.001	Processo de adiantamento de despesas	Ostensivo	Até	10 anos	X		Lei Municipal nº 44 de		



	de pequeno valor		aprovação das contas				1975. Decreto Municipal nº 11.206 de 2012. Decreto Municipal nº 12.523 de 2017. / Compreendem as pequenas compras e serviços de pequeno vulto, material de consumo e prestação de serviços. Contém dados pessoais.; Contém dados pessoais.		
124.015.001.002	Processo de execução de ordem de pagamento	Ostensivo	Até aprovação das contas	10 anos	X		Lei Federal nº 4320 de 1964. / Contém dados pessoais.		

124.016 – Função: Propor diretrizes e critérios para a elaboração do planejamento e programação das atividades da fiscalização

124.016.001 – Atividade: Analisar e propor operações fiscais decorrentes de denúncias e proposições de outras unidades administrativas

Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
			Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente			
124.016.001.001	Processo de apuração de denúncia de irregularidade	Ostensivo	2 anos	5 anos	X		Contém dados pessoais. Protegido por sigilo fiscal.		

124.017 – Função: Supervisionar a execução orçamentária e financeira da unidade Encargos Financeiros

124.017.001 – Atividade: Executar procedimentos orçamentários relacionados a Encargos Financeiros com a União, contribuições obrigatórias - PASEP, obrigações junto à NitPrev, pagamento de dívidas internas e externas, inclusive referente a operações de créditos e precatórios

Tipologia		Classificação de Acesso	PRAZO GUARDA		DESTINAÇÃO		Fundamentos Legais / Observações	Dossiê	Processo
			Corrente	Intermediário	Eliminação	Permanente			
124.017.001.001	Processo de pagamento de empréstimos	Ostensivo	1 ano após a aprovação das contas	30 anos		X	Lei Municipal nº 2.597 de 2009. Resolução Senado Federal nº 43 de 2001.		
124.017.001.002	Processo de pagamento de precatório	Ostensivo	Enquanto vigora	nenhum		X	CRFB de 1988. Emenda Constitucional nº 62 de 2009. Emenda Constitucional nº 94 de 2016. Emenda Constitucional nº 114 de 2021. Decreto Municipal nº 13.339 de 2019. / Contém dados pessoais. Em vigor até o cumprimento das demandas judiciais.		
124.017.001.003	Processo de recolhimento de PASEP	Ostensivo	Enquanto vigora	nenhum		X	Lei Federal nº 9.715 de 1998. / Contém dados pessoais. / Em vigor até cumprimento das obrigações legais.		

ANEXO III

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

ÓRGÃO/ENTIDADE: (indicar o nome do órgão/entidade, acompanhado das siglas respectivas)				Listagem nº: (indicar nº / ano da listagem)	
UNIDADE/SETOR: (indicar o nome da unidade/setor que eliminará os documentos relacionados na lista, acompanhado das siglas respectivas)				Folha nº: (indicar nº da folha / nº total de folhas)	
No caso de eliminação de documentos de órgãos/entidades extintos, indicar o nome do produtor(a)/acumulador(a) dos documentos.					
CÓDIGO CLASSIFICAÇÃO	DESCRIPTOR DO CÓDIGO (TIPOLOGIA DOCUMENTAL)	DATAS-LIMITE (INÍCIO FIM)	UNIDADE DE ARQUIVAMENTO E QUANTIFICAÇÃO (*)	ESPECIFICAÇÃO	OBSERVAÇÕES/ JUSTIFICATIVAS
MENSURAÇÃO TOTAL: (indicar, em metros lineares, unidades ou bytes, o total de documentos que serão eliminados)					
DATAS-LIMITE GERAIS: (indicar, em anos, o período dos documentos que serão eliminados)					
(*) PARA DOCUMENTOS DIGITAIS: (volume/quantificação) – indicar o volume total, medido em múltiplo de bytes, dos documentos a serem eliminados.					
(O quadro abaixo somente deverá ser preenchido se os documentos a serem eliminados necessitarem de comprovação de aprovação das contas pelos Tribunais de Contas).					
Conta(s) do(s) exercício(s) de:		Conta(s) aprovada(s) pelo Tribunal de Contas em:		Publicação no Diário Oficial (data, seção, página)	

LOCAL/DATA:	LOCAL/DATA:	LOCAL/DATA:
RESPONSÁVEL PELA SELEÇÃO DOS DOCUMENTOS NOME E ÁREA	PRESIDENTE DA COMISSÃO SETORIAL DE GESTÃO DE DOCUMENTOS (CSGD)	AUTORIDADE DO ÓRGÃO/ENTIDADE A QUEM COMPETE APROVAR
LOCAL/DATA:		
AUTORIZO:		
TITULAR DO ÓRGÃO/ENTIDADE PRODUTOR / ACUMULADOR DO ARQUIVO		

Fonte: Projeto PDPA 4408 - Resolução CONARQ nº 40 de 2014.

ANEXO IV

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

NOME DO ÓRGÃO/ENTIDADE

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

Nº (indicar o nº / ano do Edital)

O (A) Presidente da Comissão Setorial de Gestão de Documentos (CSGD), designado (a) pela Portaria nº (indicar o nº / dia, mês e ano da portaria de designação), publicada no (indicar o nome do periódico oficial ou do boletim interno do órgão/entidade), de (indicar dia, mês e ano da publicação), de acordo com a Lista de Eliminação de Documentos nº (indicar o nº / ano da lista), autorizada pelo(a) titular do(a) (indicar o nome do órgão ou entidade), faz saber a quem possa interessar que a partir do (indicar o prazo para a efetivação da eliminação, escrevendo por extenso, entre parênteses, o número ordinal correspondente – 30º a 45º) dia subsequente a data de publicação deste Edital no (indicar o nome do periódico oficial ou, na ausência dele, o do veículo de divulgação local), se não houver oposição, o(a) (indicar o responsável pela eliminação da Comissão Setorial de Gestão de Documentos (CSGD) do órgão titular dos documentos) eliminará (indicar a mensuração total) dos documentos relativos a (indicar as referências gerais dos descritores dos códigos de classificação dos documentos a serem eliminados), do período de (indicar as datas-limite gerais), do(a) (indicar o nome do(a) órgão/entidade produtor(a) ou acumulador(a) dos documentos a serem eliminados).

Os interessados, no prazo citado, poderão requerer às suas expensas e mediante petição dirigida à Comissão Setorial de Gestão de Documentos (CSGD) do(a) (indicar o nome do(a) órgão/entidade), a retirada ou cópias de documentos, avulsos ou processos, bem como o desentranhamento ou cópias de folhas de um processo.

Local e data.

Nome e assinatura do(a) Presidente Comissão Setorial de Gestão de Documentos (CSGD) da Secretaria/Órgão xxxxxx da Prefeitura Municipal de Niterói.

Fonte: Resolução CONARQ nº 40 de 2014.

Anexo V

NOME DO ÓRGÃO/ENTIDADE

TERMO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

Aos dias do mês de do ano de, o(a) (indicar o nome do órgão/entidade responsável pela eliminação), de acordo com o que consta da Lista de Eliminação de Documentos nº (indicar o nº / ano da lista), aprovada pelo(a) titular do(a) (indicar o nome do órgão ou instituição) e respectivo Edital de Ciência de Eliminação de Documentos nº (indicar o nº / ano do edital), publicado no (indicar o nome do periódico oficial ou, na ausência dele, o do veículo de divulgação local), de (indicar a data de publicação do edital), procedeu à eliminação de (indicar a mensuração total) dos documentos relativos a (indicar as referências gerais dos descritores dos códigos de classificação dos documentos a serem eliminados), do período de (indicar as datas-limite gerais), do(a) (indicar o nome do(a) órgão/entidade produtor(a) ou acumulador(a) dos documentos que foram eliminados).

Local e data.

Nome, assinatura do(a) Presidente da Comissão Setorial de Gestão de Documentos (CSGD)

Nome e assinatura do(a) Presidente da Comissão Central de Gestão de Documentos da Prefeitura Municipal de Niterói (CCGD)

Fonte: Projeto PDPA 4408 - Resolução CONARQ nº 40 de 2014.

DECRETO Nº 15.248/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º- Ficam transformados, sem aumento de despesas, os cargos constantes dos Anexos do presente Decreto.

Art. 2º- A Secretaria Municipal de Administração adotará as providências cabíveis para o cumprimento do presente Decreto.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 19 DE JANEIRO DE 2024.

AXEL GRAEL- PREFEITO

ANEXO AO DECRETO Nº 15.248/2024

CARGO TRANSFORMADO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CARGO	SÍMBOLO	ANTERIORMENTE OCUPADO POR
ASSESSOR C	CC-3	ADRIANA PACHECO DE CAMPOS ANTUNES
ASSISTENTE B	CC-5	LORENA SENRA FREITAS

CARGOS RESULTANTES DA TRANSFORMAÇÃO NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CARGO	SÍMBOLO	QTD.
Assessor B	CC-2	01

Portarias

Port. Nº 159/2024- Nomeia **VÂNIA DOS SANTOS MODESTO DE FARIAS** para exercer o cargo de Assessor C, CC-3, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária, em vaga decorrente da exoneração de Gleison Ferreira Boechat, acrescido das gratificações previstas na CI nº 387/2022.

Port. Nº 160/2024- Torna insubsistente a Portaria nº 1659/2023, publicada em 31/10/2023.

Port. Nº 161/2024- Exonera, a pedido, **LORENA SENRA FREITAS**, do cargo de Assistente B, CC-5, da Procuradoria Geral do Município.

Port. Nº 162/2024- Nomeia **ISABELA SILVA DO NASCIMENTO** para exercer o cargo de Assessor B, CC-2, da Procuradoria Geral do Município, em vaga criada pelo Decreto nº 15.248/2024, acrescido das gratificações previstas na CI nº 387/2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2023

A COMISSÃO DE PREGÃO COMUNICA A **SUSPENSÃO** DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2023, QUE SERIA REALIZADO NO DIA 19 (DEZENOVE) DE JANEIRO DE 2024 ÀS 10:00H, CONFORME DECISÃO MONOCRÁTICA NOS AUTOS DO PROCESSO TCE/RJ Nº 200.894-9/2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Ato do Secretário

PORTARIA Nº 007/SMF/2024- Regulamenta as interpretações adotadas pela equipe de prestação de contas no âmbito do Programa Empresa Cidadã.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA** em exercício, no uso de suas atribuições e com base no art. 76, I, da Lei Orgânica do Município de Niterói, no art. 65, incisos XIII e XIV, do Decreto nº 14.104/2021, nas Leis Municipais de nºs 3.482/2020, 3.496/2020, 3.506/2020, 3.541/2020, 3.562/2020 e 3.583/2021, e nos Decretos nº 14.414/2022 e 15.100/2023.

CONSIDERANDO que as Leis que regem o Programa Empresa Cidadã, em suas fases 1, 2 e 3, beneficiaram 3.461 empresas e 14.305 empregados, possibilitando a manutenção de seus empregos durante a emergência derivada da pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO que o prazo de prestação de contas do programa se encerrou no dia 14 de outubro de 2022, na forma do Decreto nº 14.414, de 09 de junho de 2022;

CONSIDERANDO a importância de regulamentar as interpretações adotadas pela equipe de prestação de contas acerca dos normativos do Programa;

CONSIDERANDO ainda os princípios da legalidade, publicidade, eficiência e transparência que devem sempre nortear a atuação da Administração Pública Municipal;

RESOLVE

Art. 1º Para fins de cumprimento do requisito de manutenção dos postos de trabalho, é necessária a substituição do empregado em até 2 (dois) meses, independentemente do tipo de rescisão, seja ela por iniciativa do empregado, por justa causa, aposentadoria, licença sem vencimentos ou transferência para filial ou outra empresa.

Art. 2º Não se considera diminuição do posto de trabalho a suspensão ocorrida nos seguintes casos, enquanto durarem as suas causas:

I - Afastamento no âmbito do Programa Federal de Manutenção de Emprego e Renda do Governo Federal; e

II - Afastamento por acidente de trabalho, doença, licença-maternidade, exercício de mandato sindical ou prestação de serviço militar.

Art. 3º Não se considera diminuição do posto de trabalho a rescisão ocorrida em função de falecimento do empregado.

Art. 4º No caso de empresas baixadas durante o período de participação no Programa, só serão consideradas como diminuição nos postos de trabalho as rescisões e afastamentos que ocorreram até o último mês completo anterior à data de encerramento da empresa.

Parágrafo único. A data de encerramento da empresa será contada do seu respectivo registro nos órgãos oficiais ou por quaisquer documentos que comprovem o encerramento de sua atividade.

Art. 5º A condição de funcionário "horista" não desconfigura a manutenção dos postos de trabalho exigidas como requisito do Programa, desde que os valores recebidos pela empresa não ultrapassem a soma total das remunerações dos funcionários cadastrados.

§1º. Nos casos previstos no caput, o responsável pela prestação de contas poderá solicitar os documentos necessários para a comprovação do valor total pago aos funcionários.

§2º. Restando comprovado que o benefício recebido pela empresa supera as despesas remuneratórias, ficará a empresa obrigada a devolver a respectiva diferença de valores, sem prejuízo das demais sanções previstas no Programa.

Art. 6º As contratações ocorridas no mês de adesão ao programa podem ser desconsideradas para fins de composição do número de postos a serem mantidos se, no processo de prestação de contas, ficar constatado que os postos foram reduzidos em até 30 (trinta) dias, configurando mero período de recomposição de pessoal.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE

Atos do Subsecretário de Transporte

Portaria SMU/SST Nº 0014/2024- O Subsecretário de Transportes da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, no cumprimento do disposto no Decreto Municipal nº 13.889/2021, **Considerando** o conteúdo nos autos do PE nº 9900004232/2024, munido de toda documentação exigida no formulário de fls., 02, com Parecer favorável da Comissão Extraordinária, em consonância com o Decreto Municipal nº 4.150/84, Lei Municipal nº 2052/2003, Portaria nº 016/2017/SMU/SST e ainda o Decreto Municipal nº 15.103/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Deferir a transferência da Autonomia nº 0585 em favor de Marcelo Lessa de Mesquita.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Portaria SMU/SST Nº 0015/2024- O Subsecretário de Transportes da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, no cumprimento do disposto no Decreto Municipal nº 13.889/2021, **Considerando** o conteúdo nos autos do PE9900069571/2023 nº munido de toda documentação exigida no formulário de fls., 02, com Parecer favorável da Comissão Extraordinária, em consonância com o Decreto Municipal nº 4.150/84, Lei Municipal nº 2052/2003, Portaria nº 016/2017/SMU/SST e ainda o Decreto Municipal nº 15.103/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Deferir a transferência da Autonomia nº 1713 em favor de Gilmarcos de Sá Ferreira.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Portaria SMU/SST Nº 0016/2024- Subsecretário de Transportes da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, no cumprimento do disposto no Decreto Municipal nº 13.889/2021, **Considerando** o conteúdo nos autos do PE nº 9900000944/2024 munido de toda documentação exigida no formulário de fls., 02, com Parecer favorável da Comissão Extraordinária, em consonância com o Decreto Municipal nº 4.150/84, Lei Municipal nº 2052/2003, Portaria nº 016/2017/SMU/SST e ainda o Decreto Municipal nº 15.103/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Deferir a transferência da Autonomia nº 1088 em favor de Raphael Abrantes do Nazare.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Junta Administrativa De Recursos De Infrações - Jari 2

Ata da 971ª Sessão Ordinária da JARI 2, realizada aos 24 dias do mês de novembro 2023, iniciada às 17:30 horas e finalizada às 18:30 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relator: Ricardo Azevedo Vianna; Relatores: Márcio Almeida e Patrícia Pensabem, e o Coordenador Jairo Paula Pacheco. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 2; 2.1 Leitura da ata da 970ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1. Relator: Ricardo Azevedo

Recurso de Multa	Decisão
080/203184/2023	Indeferido
080/203208/2023	Indeferido
080/205661/2023	Deferido
080/206708/2022	Indeferido
080/206952/2022	Indeferido

3.2. Relator: Márcio Almeida

Recurso de Multa	Decisão
080/203323/2023	Indeferido
080/205880/2022	Indeferido
080/206308/2023	Deferido
080/205794/2023	Deferido
080/205797/2023	Deferido

3.3. Relatora: Patrícia Pensabem

Recurso de Multa	Decisão
080/206123/2023	Deferido
080/203467/2023	Indeferido
080/206270/2023	Indeferido
080/204300/2022	Indeferido
080/205636/2023	Indeferido

Nada mais havendo, o Coordenador deu por encerrada a sessão, lavrada a presente ata por mim, Jairo Paula Pacheco/Coordenador e assinada por todos os presentes.

Ata da 972ª Sessão Ordinária da JARI 2, realizada aos 27 dias do mês de novembro 2023, iniciada às 17:30 horas e finalizada às 18:30 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relator: Ricardo Azevedo Vianna; Relatores: Márcio Almeida e Patrícia Pensabem, e o Coordenador Jairo Paula Pacheco. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 2; 2.1 Leitura da ata da 971ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1. Relator: Ricardo Azevedo

Recurso de Multa	Decisão
080/205713/2023	Deferido
080/205663/2021	Indeferido
080/203285/2023	Indeferido
080/203320/2023	Indeferido
080/206003/2022	Indeferido

3.2. Relator: Márcio Almeida

Recurso de Multa	Decisão
080/203262/2023	Indeferido
080/203268/2023	Deferido
080/203273/2023	Indeferido
080/203275/2023	Indeferido
080/203276/2023	Indeferido

3.3. Relatora: Patrícia Pensabem

Recurso de Multa	Decisão
------------------	---------

080/206130/2023	Deferido
080/200109/2023	Indeferido
080/201224/2023	Indeferido
080/205637/2023	Indeferido
080/203902/2023	Deferido

Nada mais havendo, o Coordenador deu por encerrada a sessão, lavrada a presente ata por mim, Jairo Paula Pacheco/Coordenador e assinada por todos os presentes.

Ata da 973ª Sessão Ordinária da JARI 2, realizada aos 28 dias do mês de novembro 2023, iniciada às 17:30 horas e finalizada às 18:30 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relator: Ricardo Azevedo Vianna; Relatores: Márcio Almeida e Patrícia Pensabem, e o Coordenador Jairo Paula Pacheco. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 2; 2.1 Leitura da ata da 972ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1. Relator: Ricardo Azevedo

Recurso de Multa	Decisão
080/205482/2023	Deferido
080/203339/2023	Indeferido
080/203374/2023	Indeferido
080/203378/2023	Indeferido
080/206464/2022	Indeferido

3.2. Relator: Márcio Almeida

Recurso de Multa	Decisão
080/203289/2023	Indeferido
080/203300/2023	Indeferido
080/204236/2022	Indeferido
080/204982/2022	Indeferido
080/206798/2022	Indeferido

3.3. Relatora: Patrícia Pensabem

Recurso de Multa	Decisão
080/204743/2022	Indeferido
080/203903/2023	Indeferido
080/203421/2023	Indeferido
080/200057/2023	Indeferido
080/203450/2023	Indeferido

Nada mais havendo, o Coordenador deu por encerrada a sessão, lavrada a presente ata por mim, Jairo Paula Pacheco/Coordenador e assinada por todos os presentes.

Ata da 974ª Sessão Ordinária da JARI 2, realizada aos 29 dias do mês de novembro 2023, iniciada às 17:30 horas e finalizada às 18:30 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relator: Ricardo Azevedo Vianna; Relatores: Márcio Almeida e Patrícia Pensabem, e o Coordenador Jairo Paula Pacheco. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 2; 2.1 Leitura da ata da 973ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1. Relator: Ricardo Azevedo

Recurso de Multa	Decisão
080/206806/2022	Indeferido
080/203344/2023	Indeferido
080/203408/2023	Indeferido
080/203409/2023	Indeferido
080/205977/2022	Indeferido

3.2. Relator: Márcio Almeida

Recurso de Multa	Decisão
080/207110/2022	Indeferido
080/204744/2022	Indeferido
080/205635/2023	Indeferido
080/205638/2023	Indeferido
080/205639/2023	Indeferido

3.3. Relatora: Patrícia Pensabem

Recurso de Multa	Decisão
080/203448/2023	Indeferido
080/200305/2023	Indeferido
080/206367/2022	Indeferido
080/203651/2023	Deferido
080/203657/2023	Indeferido

Nada mais havendo, o Coordenador deu por encerrada a sessão, lavrada a presente ata por mim, Jairo Paula Pacheco/Coordenador e assinada por todos os presentes.

Ata da 975ª Sessão Ordinária da JARI 2, realizada aos 30 dias do mês de novembro 2023, iniciada às 17:30 horas e finalizada às 18:30 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relator: Ricardo Azevedo Vianna; Relatores: Márcio Almeida e Patrícia Pensabem, e o Coordenador Jairo Paula Pacheco. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 2; 2.1 Leitura da ata da 974ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1. Relator: Ricardo Azevedo

Recurso de Multa	Decisão
080009865/2023	Deferido
080005274/2023	Deferido
080000657/2023	Indeferido
080003134/2023	Indeferido
080005273/2023	Deferido

3.2. Relator: Márcio Almeida

Recurso de Multa	Decisão
080000728/2023	Indeferido
080000876/2023	Deferido
080004997/2023	Indeferido
080004999/2023	Indeferido

080005003/2023	Indeferido
----------------	------------

3.3. Relatora: Patrícia Pensabem

Recurso de Multa	Decisão
080008039/2023	Deferido
080003327/2023	Indeferido
080004072/2023	Deferido
080008040/2023	Deferido
080004073/2023	Indeferido

Nada mais havendo, o Coordenador deu por encerrada a sessão, lavrada a presente ata por mim, Jairo Paula Pacheco/Coordenador e assinada por todos os presentes.

Ata da 976ª Sessão Ordinária da JARI 2, realizada aos 21 dias do mês de dezembro 2023, iniciada às 17:30 horas e finalizada às 18:30 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relator: Ricardo Azevedo Vianna; Relatores: Márcio Almeida e Patrícia Pensabem, e o Coordenador Jairo Paula Pacheco. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 2; 2.1 Leitura da ata da 975ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1. Relator: Ricardo Azevedo

Recurso de Multa	Decisão
080/206388/2023	Deferido
080/204928/2022	Indeferido
080/205585/2022	Indeferido
080/205586/2022	Indeferido
080/205587/2022	Indeferido

3.2. Relator: Márcio Almeida

Recurso de Multa	Decisão
080/205656/2023	Deferido
080/200329/2023	Deferido
080/200571/2023	Indeferido
080/200742/2023	Indeferido
080/200944/2023	Indeferido

3.3. Relatora: Patrícia Pensabem

Recurso de Multa	Decisão
080/205357/2023	Deferido
080/203916/2023	Indeferido
080/206410/2022	Indeferido
080/200194/2023	Indeferido
080/203691/2023	Indeferido

Nada mais havendo, o Coordenador deu por encerrada a sessão, lavrada a presente ata por mim, Jairo Paula Pacheco/Coordenador e assinada por todos os presentes.

Ata da 977ª Sessão Ordinária da JARI 2, realizada aos 22 dias do mês de dezembro 2023, iniciada às 17:30 horas e finalizada às 18:30 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relator: Ricardo Azevedo Vianna; Relatores: Márcio Almeida e Patrícia Pensabem, e o Coordenador Jairo Paula Pacheco. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 2; 2.1 Leitura da ata da 976ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1. Relator: Ricardo Azevedo

Recurso de Multa	Decisão
080008187/2023	Deferido
080/206903/2022	Indeferido
080/206906/2022	Indeferido
080/207014/2022	Indeferido
080/207015/2022	Indeferido

3.2. Relator: Márcio Almeida

Recurso de Multa	Decisão
080/206434/2022	Indeferido
080/206435/2022	Indeferido
080/206436/2022	Indeferido
080/206703/2022	Deferido
080/206904/2022	Indeferido

3.3. Relatora: Patrícia Pensabem

Recurso de Multa	Decisão
080/210745/2021	Deferido
080/203189/2022	Indeferido
080/205632/2023	Indeferido
080/205650/2023	Indeferido
080/205651/2023	Indeferido

Nada mais havendo, o Coordenador deu por encerrada a sessão, lavrada a presente ata por mim, Jairo Paula Pacheco/Coordenador e assinada por todos os presentes.

Ata da 978ª Sessão Ordinária da JARI 2, realizada aos 26 dias do mês de dezembro 2023, iniciada às 17:30 horas e finalizada às 18:30 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relator: Ricardo Azevedo Vianna; Relatores: Márcio Almeida e Patrícia Pensabem, e o Coordenador Jairo Paula Pacheco. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 2; 2.1 Leitura da ata da 977ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1. Relator: Ricardo Azevedo

Recurso de Multa	Decisão
080/206069/2023	Deferido
080/201928/2023	Indeferido
080/209583/2021	Indeferido
080/201290/2023	Indeferido
080005322/2023	Indeferido

3.2. Relator: Márcio Almeida

Recurso de Multa	Decisão
080/201178/2023	Indeferido

080/201317/2023	Indeferido
080/204070/2023	Indeferido
080/204078/2023	Indeferido
080/204082/2023	Indeferido

3.3. Relatora: Patrícia Pensabem

Recurso de Multa	Decisão
080/206448/2023	Deferido
080/200116/2023	Indeferido
080/200117/2023	Indeferido
080/200121/2023	Indeferido
080/201505/2023	Indeferido

Nada mais havendo, o Coordenador deu por encerrada a sessão, lavrada a presente ata por mim, Jairo Paula Pacheco/Coordenador e assinada por todos os presentes.

Ata da 979ª Sessão Ordinária da JARI 2, realizada aos 27 dias do mês de dezembro 2023, iniciada às 17:30 horas e finalizada às 18:30 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relator: Ricardo Azevedo Vianna; Relatores: Márcio Almeida e Patrícia Pensabem, e o Coordenador Jairo Paula Pacheco. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 2; 2.1 Leitura da ata da 978ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1. Relator: Ricardo Azevedo

Recurso de Multa	Decisão
080/206684/2023	Indeferido
080/201227/2023	Indeferido
080/200736/2023	Indeferido
080/200983/2023	Indeferido
080/200939/2023	Indeferido

3.2. Relator: Márcio Almeida

Recurso de Multa	Decisão
080/206907/2022	Indeferido
080/206908/2022	Indeferido
080/201442/2022	Indeferido
080/203042/2021	Indeferido
080/203047/2021	Indeferido

3.3. Relatora: Patrícia Pensabem

Recurso de Multa	Decisão
080/206445/2023	Deferido
080/205649/2023	Indeferido
080/205652/2023	Indeferido
080/205658/2023	Indeferido
080/201531/2023	Indeferido

Nada mais havendo, o Coordenador deu por encerrada a sessão, lavrada a presente ata por mim, Jairo Paula Pacheco/Coordenador e assinada por todos os presentes.

Ata da 980ª Sessão Ordinária da JARI 2, realizada aos 28 dias do mês de dezembro 2023, iniciada às 17:30 horas e finalizada às 18:30 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relator: Ricardo Azevedo Vianna; Relatores: Márcio Almeida e Patrícia Pensabem, e o Coordenador Jairo Paula Pacheco. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 2; 2.1 Leitura da ata da 979ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1. Relator: Ricardo Azevedo

Recurso de Multa	Decisão
080/206452/2023	Deferido
080005392/2023	Indeferido
080/205648/2023	Indeferido
080/204171/2023	Indeferido
080/204222/2023	Indeferido

3.2. Relator: Márcio Almeida

Recurso de Multa	Decisão
080/204028/2023	Indeferido
080/204029/2023	Deferido
080/204030/2023	Indeferido
080/204032/2023	Indeferido
080/204033/2023	Indeferido

3.3. Relatora: Patrícia Pensabem

Recurso de Multa	Decisão
080/200120/2023	Indeferido
080/201219/2023	Indeferido
080/201530/2023	Indeferido
080/200046/2023	Indeferido
080/203424/2023	Indeferido

Nada mais havendo, o Coordenador deu por encerrada a sessão, lavrada a presente ata por mim, Jairo Paula Pacheco/Coordenador e assinada por todos os presentes.

Ata da 981ª Sessão Ordinária da JARI 2, realizada aos 29 dias do mês de dezembro 2023, iniciada às 17:30 horas e finalizada às 18:30 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relator: Ricardo Azevedo Vianna; Relatores: Márcio Almeida e Patrícia Pensabem, e o Coordenador Jairo Paula Pacheco. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 2; 2.1 Leitura da ata da 980ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1. Relator: Ricardo Azevedo

Recurso de Multa	Decisão
080009304/2023	Deferido
080009983/2023	Deferido
080007529/2023	Deferido
080005012/2023	Indeferido
080007532/2023	Deferido

3.2. Relator: Márcio Almeida

Recurso de Multa	Decisão
080005009/2023	Indeferido
080005013/2023	Indeferido
080005000/2023	Indeferido
080005001/2023	Indeferido
080005002/2023	Indeferido

3.3. Relatora: Patrícia Pensabem

Recurso de Multa	Decisão
080008159/2023	Indeferido
080009305/2023	Indeferido
080005007/2023	Indeferido
080005008/2023	Deferido
080007531/2023	Indeferido

Nada mais havendo, o Coordenador deu por encerrada a sessão, lavrada a presente ata por mim, Jairo Paula Pacheco/Coordenador e assinada por todos os presentes.

Junta Administrativa De Recursos De Infrações - Jari 1

Ata da 2254ª Sessão Ordinária da JARI 1, realizada aos 24 dias do mês de novembro 2023, iniciada às 08:00 horas e finalizada às 09:00 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relatora: Lorena Machado de Sousa; Relatores: Clézio de Menezes e Victor Maia, e o Coordenador Jairo Paula Pacheco. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 1; 2.1 Leitura da ata da 2253ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1. Relatora: Lorena Machado de Sousa

Recurso de Multa	Decisão
080/204752/2022	Indeferido
080/205646/2023	Indeferido
080/205657/2023	Indeferido
080/206188/2022	Indeferido
080/203816/2023	Indeferido

3.2. Relator: Clézio de Menezes

Recurso de Multa	Decisão
080/206098/2022	Indeferido
080/205640/2023	Indeferido
080/205641/2023	Indeferido
080/205633/2023	Indeferido
080/205634/2023	Indeferido

3.3. Relator: Victor Maia

Recurso de Multa	Decisão
080009120/2023	Deferido
080/206275/2023	Deferido
080/203650/2023	Indeferido
080/203689/2023	Indeferido
080/203594/2023	Indeferido

Nada mais havendo, o Coordenador deu por encerrada a sessão, lavrada a presente ata por mim, Jairo Paula Pacheco/Coordenador e assinada por todos os presentes.

Ata da 2255ª Sessão Ordinária da JARI 1, realizada aos 27 dias do mês de novembro 2023, iniciada às 08:00 horas e finalizada às 09:00 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relatora: Lorena Machado de Sousa; Relatores: Clézio de Menezes e Victor Maia, e o Coordenador Jairo Paula Pacheco. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 1; 2.1 Leitura da ata da 2254ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1. Relatora: Lorena Machado de Sousa

Recurso de Multa	Decisão
080/201069/2023	Indeferido
080/203817/2023	Indeferido
080/206651/2022	Indeferido
080/206651/2022	Indeferido
080005216/2023	Indeferido

3.2. Relator: Clézio de Menezes

Recurso de Multa	Decisão
080/205662/2023	Indeferido
080/205670/2023	Indeferido
080/206747/2022	Indeferido
080004710/2023	Indeferido
080004714/2023	Indeferido

3.3. Relator: Victor Maia

Recurso de Multa	Decisão
080/206061/2023	Deferido
080/206754/2023	Deferido
080/203693/2023	Deferido
080/203694/2023	Indeferido
080/203701/2023	Deferido

Nada mais havendo, o Coordenador deu por encerrada a sessão, lavrada a presente ata por mim, Jairo Paula Pacheco/Coordenador e assinada por todos os presentes.

Ata da 2256ª Sessão Ordinária da JARI 1, realizada aos 28 dias do mês de novembro 2023, iniciada às 08:00 horas e finalizada às 09:00 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relatora: Lorena Machado de Sousa; Relatores: Clézio de Menezes e Victor Maia, e o Coordenador Jairo Paula Pacheco. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 1; 2.1 Leitura da ata da 2255ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1. Relatora: Lorena Machado de Sousa

Recurso de Multa	Decisão
080/202593/2022	Indeferido
080/203688/2022	Indeferido

080/205976/2022	Indeferido
080/206785/2022	Indeferido
080/206786/2022	Indeferido

3.2. Relator: Clézio de Menezes

Recurso de Multa	Decisão
080/200319/2023	Indeferido
080/203732/2023	Indeferido
080/203761/2023	Deferido
080/204620/2022	Indeferido
080/204622/2022	Indeferido

3.3. Relator: Victor Maia

Recurso de Multa	Decisão
080/204984/2022	Indeferido
080/206078/2023	Deferido
080/205159/2022	Indeferido
080/205584/2022	Indeferido
080/205869/2022	Indeferido

Nada mais havendo, o Coordenador deu por encerrada a sessão, lavrada a presente ata por mim, Jairo Paula Pacheco/Coordenador e assinada por todos os presentes.

Ata da 2257ª Sessão Ordinária da JARI 1, realizada aos 29 dias do mês de novembro 2023, iniciada às 08:00 horas e finalizada às 09:00 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relatora: Lorena Machado de Sousa; Relatores: Clézio de Menezes e Victor Maia, e o Coordenador Jairo Paula Pacheco. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 1; 2.1 Leitura da ata da 2256ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1. Relatora: Lorena Machado de Sousa

Recurso de Multa	Decisão
080/205625/2023	Indeferido
080/205626/2023	Indeferido
080/205628/2023	Indeferido
080/205630/2023	Indeferido
080/205631/2023	Indeferido

3.2. Relator: Clézio de Menezes

Recurso de Multa	Decisão
080/200096/2023	Indeferido
080/200154/2023	Indeferido
080/201764/2023	Indeferido
080/202326/2023	Indeferido
080/204621/2022	Indeferido

3.3. Relator: Victor Maia

Recurso de Multa	Decisão
080/207016/2022	Indeferido
080/206077/2023	Deferido
080/206764/2022	Indeferido
080/207107/2022	Deferido
080/201529/2023	Indeferido

Nada mais havendo, o Coordenador deu por encerrada a sessão, lavrada a presente ata por mim, Jairo Paula Pacheco/Coordenador e assinada por todos os presentes.

Ata da 2258ª Sessão Ordinária da JARI 1, realizada aos 30 dias do mês de novembro 2023, iniciada às 08:00 horas e finalizada às 09:00 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relatora: Lorena Machado de Sousa; Relatores: Clézio de Menezes e Victor Maia, e o Coordenador Jairo Paula Pacheco. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 1; 2.1 Leitura da ata da 2257ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1. Relatora: Lorena Machado de Sousa

Recurso de Multa	Decisão
080004723/2023	Indeferido
080004897/2023	Indeferido
080004898/2023	Indeferido
080004943/2023	Indeferido
080004992/2023	Indeferido

3.2. Relator: Clézio de Menezes

Recurso de Multa	Decisão
080004526/2023	Deferido
080004527/2023	Deferido
080004631/2023	Indeferido
080004630/2023	Indeferido
080004713/2023	Indeferido

3.3. Relator: Victor Maia

Recurso de Multa	Decisão
080004074/2023	Indeferido
080008042/2023	Deferido
080004525/2023	Indeferido
080008703/2023	Deferido
080004550/2023	Deferido

Nada mais havendo, o Coordenador deu por encerrada a sessão, lavrada a presente ata por mim, Jairo Paula Pacheco/Coordenador e assinada por todos os presentes.

Ata da 2259ª Sessão Ordinária da JARI 1, realizada aos 21 dias do mês de dezembro 2023, iniciada às 08:00 horas e finalizada às 09:00 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relatora: Lorena Machado de Sousa; Relatores: Clézio de Menezes e Victor Maia, e o Coordenador Jairo Paula Pacheco. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 1; 2.1 Leitura da ata da 2258ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1. Relatora: Lorena Machado de Sousa

Recurso de Multa	Decisão
080/205186/2022	Indeferido
080/205922/2022	Indeferido
080/205923/2022	Indeferido
080/204486/2023	Indeferido
080/204488/2023	Indeferido

3.2. Relator: Clézio de Menezes

Recurso de Multa	Decisão
080/200948/2023	Indeferido
080/207002/2022	Indeferido
080/207038/2022	Indeferido
080/211198/2021	Deferido
080/204455/2023	Indeferido

3.3. Relator: Victor Maia

Recurso de Multa	Decisão
080/206451/2023	Deferido
080005435/2023	Indeferido
080/204235/2023	Indeferido
080/204236/2023	Deferido
080/204237/2023	Deferido

Nada mais havendo, o Coordenador deu por encerrada a sessão, lavrada a presente ata por mim, Jairo Paula Pacheco/Coordenador e assinada por todos os presentes.

Ata da 2260ª Sessão Ordinária da JARI 1, realizada aos 22 dias do mês de dezembro 2023, iniciada às 08:00 horas e finalizada às 09:00 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relatora: Lorena Machado de Sousa; Relatores: Clézio de Menezes e Victor Maia, e o Coordenador Jairo Paula Pacheco. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 1; 2.1 Leitura da ata da 2259ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1. Relatora: Lorena Machado de Sousa

Recurso de Multa	Decisão
080/204484/2023	Indeferido
080/204482/2023	Indeferido
080/200964/2023	Indeferido
080/208733/2021	Indeferido
080/208731/2021	Indeferido

3.2. Relator: Clézio de Menezes

Recurso de Multa	Decisão
080/200879/2023	Deferido
080/200985/2023	Indeferido
080/204092/2022	Indeferido
080/204467/2023	Deferido
080/201515/2023	Indeferido

3.3. Relator: Victor Maia

Recurso de Multa	Decisão
080/206450/2023	Deferido
080/201929/2022	Indeferido
080/204251/2023	Indeferido
080/204254/2023	Indeferido
080/205643/2023	Deferido

Nada mais havendo, o Coordenador deu por encerrada a sessão, lavrada a presente ata por mim, Jairo Paula Pacheco/Coordenador e assinada por todos os presentes.

Ata da 2261ª Sessão Ordinária da JARI 1, realizada aos 26 dias do mês de dezembro 2023, iniciada às 08:00 horas e finalizada às 09:00 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relatora: Lorena Machado de Sousa; Relatores: Clézio de Menezes e Victor Maia, e o Coordenador Jairo Paula Pacheco. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 1; 2.1 Leitura da ata da 2260ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1. Relatora: Lorena Machado de Sousa

Recurso de Multa	Decisão
080/207702/2021	Indeferido
080/204642/2022	Indeferido
080/204519/2023	Indeferido
080/204515/2023	Indeferido
080/200334/2023	Indeferido

3.2. Relator: Clézio de Menezes

Recurso de Multa	Decisão
080/201533/2023	Deferido
080/202329/2023	Deferido
080/205644/2023	Indeferido
080/205645/2023	Indeferido
080/204483/2023	Indeferido

3.3. Relator: Victor Maia

Recurso de Multa	Decisão
080/206751/2023	Deferido
080/205642/2023	Indeferido
080/204613/2023	Indeferido
080/204625/2023	Indeferido
080/200099/2023	Deferido

Nada mais havendo, o Coordenador deu por encerrada a sessão, lavrada a presente ata por mim, Jairo Paula Pacheco/Coordenador e assinada por todos os presentes.

Ata da 2262ª Sessão Ordinária da JARI 1, realizada aos 27 dias do mês de dezembro 2023, iniciada às 08:00 horas e finalizada às 09:00 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relatora: Lorena Machado de Sousa; Relatores: Clézio de Menezes e Victor Maia, e o Coordenador Jairo Paula Pacheco. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo

presidente da JARI 1; 2.1 Leitura da ata da 2261ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1. Relatora: Lorena Machado de Sousa

Recurso de Multa	Decisão
080/204789/2023	Indeferido
080/209068/2021	Indeferido
080/200726/2023	Indeferido
080/200931/2023	Indeferido
080/200937/2023	Indeferido

3.2. Relator: Clézio de Menezes

Recurso de Multa	Decisão
080005891/2023	Indeferido
080005865/2023	Indeferido
080/207043/2022	Indeferido
080005941/2023	Indeferido
080005926/2023	Indeferido

3.3. Relator: Victor Maia

Recurso de Multa	Decisão
080/206633/2023	Deferido
080/204280/2023	Deferido
080/200201/2023	Deferido
080/200336/2023	Indeferido
080/200966/2023	Indeferido

Nada mais havendo, o Coordenador deu por encerrada a sessão, lavrada a presente ata por mim, Jairo Paula Pacheco/Coordenador e assinada por todos os presentes.

Ata da 2263ª Sessão Ordinária da JARI 1, realizada aos 28 dias do mês de dezembro 2023, iniciada às 08:00 horas e finalizada às 09:00 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relatora: Lorena Machado de Sousa; Relatores: Clézio de Menezes e Victor Maia, e o Coordenador Jairo Paula Pacheco. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 1; 2.1 Leitura da ata da 2262ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1. Relatora: Lorena Machado de Sousa

Recurso de Multa	Decisão
080/200940/2023	Indeferido
080/200941/2023	Indeferido
080/200942/2023	Indeferido
080/200943/2023	Indeferido
080/200946/2023	Indeferido

3.2. Relator: Clézio de Menezes

Recurso de Multa	Decisão
080/201516/2023	Indeferido
080/204717/2023	Deferido
080/204722/2023	Indeferido
080/204723/2023	Indeferido
080/204734/2023	Indeferido

3.3. Relator: Victor Maia

Recurso de Multa	Decisão
080/205899/2023	Deferido
080/204529/2023	Indeferido
080/204554/2023	Indeferido
080/204595/2023	Indeferido
080/201438/2023	Indeferido

Nada mais havendo, o Coordenador deu por encerrada a sessão, lavrada a presente ata por mim, Jairo Paula Pacheco/Coordenador e assinada por todos os presentes.

Ata da 2264ª Sessão Ordinária da JARI 1, realizada aos 29 dias do mês de dezembro 2023, iniciada às 08:00 horas e finalizada às 09:00 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relatora: Lorena Machado de Sousa; Relatores: Clézio de Menezes e Victor Maia, e o Coordenador Jairo Paula Pacheco. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 1; 2.1 Leitura da ata da 2263ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1. Relatora: Lorena Machado de Sousa

Recurso de Multa	Decisão
080005016/2023	Indeferido
080005011/2023	Indeferido
080005017/2023	Indeferido
080005024/2023	Indeferido
080004970/2023	Indeferido

3.2. Relator: Clézio de Menezes

Recurso de Multa	Decisão
080004969/2023	Indeferido
080005198/2023	Deferido
080005231/2023	Indeferido
080005993/2023	Indeferido
080006075/2023	Indeferido

3.3. Relator: Victor Maia

Recurso de Multa	Decisão
080007533/2023	Deferido
080009981/2023	Deferido
080005010/2023	Deferido
080009980/2023	Deferido
080010024/2023	Deferido

Nada mais havendo, o Coordenador deu por encerrada a sessão, lavrada a presente ata por mim, Jairo Paula Pacheco/Coordenador e assinada por todos os presentes.

O Procurador Geral do Município de Niterói, no uso das suas atribuições, **CONVOCA**, nesse ato, os candidatos aprovados no 1º Exame de Seleção para o Programa de Estágio Não Forense da Procuradoria Geral do Município de Niterói, abaixo relacionados:

CLASSIFICAÇÃO	NOME
34º	Mylena da Silveira Menezes
35º	Polyana Nogueira dos Santos

1.1. Os candidatos acima arrolados deverão enviar a documentação abaixo solicitada, na forma do item VII do EDITAL PGM ESTÁGIO NÃO FORENSE Nº 01 DE 18 DE ABRIL DE 2023, ANEXADAS em PDF, para o e-mail cejur@pgm.niteroi.rj.gov.br, com **ASSUNTO: CONVOCAÇÃO ESTÁGIO NÃO FORENSE**, até o dia **24 DE JANEIRO DE 2024**:

a) Declaração da Faculdade de Direito, oficial ou reconhecida, de matrícula do estudante em período queseja no mínimo o 3º.

b) Declaração de que não sofreu penalidade disciplinar;

c) Histórico escolar atualizado;

d) Currículo atualizado, dispensando-se esse requisito caso o interregno entre a inscrição e a convocação seja inferior a 2 meses;

e) Dados bancários para recebimento da bolsa.

f) Na hipótese de o candidato não apresentar algum dos documentos previstos no item 25 no prazo regulamentar, este passará a ocupar a última colocação da classificação final, passível de uma outra convocação.

1.2. Havendo desinteresse na vaga, os candidatos convocados deverão manifestar sua desistência por escrito, em simples petição dirigida ao Procurador Geral do Município, que deverá ser encaminhada anexa ao e-mail cejur@pgm.niteroi.rj.gov.br, com o assunto: **DESISTÊNCIA ESTÁGIO FORENSE**.

1.3. Os candidatos convocados que não tenham interesse em assumir desde logo, mas que pretendam solicitar sua reclassificação para o final da listagem, poderão fazê-lo, em petição também dirigida ao Procurador Geral do Município, encaminhada anexa ao e-mail cejur@pgm.niteroi.rj.gov.br, com o assunto: **FINAL DE FILA ESTÁGIO FORENSE**.

1.4. A não manifestação imotivada implicará desistência da vaga e exclusão do certame.

1.5. Havendo desinteresse na vaga, os candidatos convocados deverão manifestar sua desistência por escrito, em simples petição dirigida ao Procurador Geral do Município, que deverá ser encaminhada anexa ao e-mail cejur@pgm.niteroi.rj.gov.br, com o assunto: **DESISTÊNCIA**.

1.6. Os candidatos convocados que não tenham interesse em assumir desde logo, mas que pretendam solicitar sua reclassificação para o final da listagem, poderão fazê-lo, em petição também dirigida ao Procurador Geral do Município, encaminhada anexa ao e-mail cejur@pgm.niteroi.rj.gov.br, com o assunto: **FINAL DE FILA ESTÁGIO FORENSE**.

1.7. A não manifestação imotivada implicará desistência da vaga e exclusão do certame

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO SUAD N.º: 017/2024

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 068/2022; **PARTES:** Fundação Municipal de Saúde de Niterói e a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Audição – APADA; **PARTES QUE ASSINARAM O DOCUMENTO:** Anamaria Carvalho Schneider e Jociléa de Sousa Cruz; **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 68/2022, relativo à prestação de serviços contínuos de atendimento multiprofissional especializado para suporte à rede de atenção à pessoa com deficiência, objetivando a realização de serviços de reabilitação intelectual, sediadas ou estabelecidas no Município de Niterói habilitadas pelo Ministério da Saúde e cadastrada no SCNES, para a realização de procedimentos os quais se encontram discriminados no edital, para atender as necessidades da Fundação Municipal de Saúde de Niterói de pacientes oriundos do SUS, discriminados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS); **VALOR:** R\$ 72.500,00 (setenta e dois mil e quinhentos reais); **VERBA:** Natureza da Despesa: 33.90.39.00 Fonte de Recurso: 207; Programa de Trabalho: 2543.10.302.0133.6152; Nota de Empenho: 000993; **PRAZO:** Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses, dando-se ao contrato o prazo total de 24 (vinte e quatro) meses; **FUNDAMENTO:** Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, de 1993, bem como o processo administrativo n.º 200/12500/2022; **ASSINATURA:** 03 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO SUAD N.º: 018/2024

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 069/2022; **PARTES:** Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Niterói; **PARTES QUE ASSINARAM O DOCUMENTO:** Anamaria Carvalho Schneider e Octavio Simões de Carvalho Filho; **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 69/2022, relativo à prestação de serviços contínuos de atendimento multiprofissional especializado para suporte à rede de atenção à pessoa com deficiência, objetivando a realização de serviços de reabilitação intelectual, sediadas ou estabelecidas no Município de Niterói habilitadas pelo Ministério da Saúde e cadastrada no SCNES, para a realização de procedimentos os quais se encontram discriminados no edital, para atender as necessidades da Fundação Municipal de Saúde de Niterói de pacientes oriundos do SUS, discriminados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93; **VALOR:** R\$217.500,00 (duzentos e dezessete mil e quinhentos reais); **VERBA:** Natureza da Despesa: 33.90.39.00, Fonte de Recurso: 207, Programa de Trabalho: 2543.10.302.0133.6152, Nota de Empenho: 000939; **PRAZO:** Pelo o prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses, dando-se ao contrato o prazo total de 24 (vinte e quatro) meses; **FUNDAMENTO:** Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, de 1993, contida no processo administrativo n.º 200/12500/2022; **ASSINATURA:** 19 janeiro de 2023.

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

Licença Especial – Deferida Processo 9900053022/2023 – DIANNE MELO MACHADO

Licença Especial – Deferida Processo 9900045826/2023 – MISAEL FRANCISCO PEREIRA DA SILVA

Licença Especial – Deferida Processo 9900044720/2023 – PABLO CALDEIRA TEIXEIRA

Licença Especial – Deferida Processo 9900046888/2023 – KÁTIA REGINA DE ABREU PEREIRA

PORTARIA Nº. 008/2024 - O COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº 125/2003, publicada em 01/03/2003, **R E S O L V E:**

CONCEDER, de acordo com o artigo 130, da Lei nº 531 de 18 de janeiro de 1985, a Auxiliar de Enfermagem **MARLI SILVA RIGUEIRA**, Nível Fundamental, do

Quadro Permanente, matrícula nº **433.416-5**, 01 (um) mês restante de **LICENÇA**

ESPECIAL, referente ao 3º quinquênio, do período de 30/05/1994 a 04/06/2009, para ser usufruído a partir de 01/06/2024 e a terminar em 30/06/2024.

Referente ao processo: 9900030534/2023.

FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI – FESAÚDE

PORTARIA 013 /2024 - O Diretor Geral da Fundação Estatal de Saúde de Niterói - FeSaúde, no exercício de suas atribuições conferidas pela Lei 3.133 de 13 de abril de 2015, pelo artigo 18, § 1º, I, do Estatuto da FeSaúde e pela Portaria 191/2023, resolve nomear Hannah Magalhães Quaresma ao cargo de assessor N III, a contar de 17 de janeiro de 2024.

PORTARIA Nº 007-2024 | COMISSÃO FISCAL DO CONTRATO FESAÚDE Nº 002-2024

O Diretor de Administração e Finanças da Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde, no exercício de suas atribuições, conferidas pela Lei n.º 3.133/2015 e pelo Decreto n.º 14.107/2021, publicado em 07/08/2021, e considerando a necessidade de formalização da designação para a função de fiscal, de acordo com a natureza do contrato e sua execução, resolve:

Art. 1º. Designar a composição da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do **Contrato FeSaúde nº 002-2024**, celebrado no bojo processo administrativo nº **9900022790/2023**, que tem por objeto a tem por objeto a **contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo tipo furgão, com condutor e combustível, e as devidas alterações para a adequação ao serviço de consultório móvel, para servir como Consultório na Rua, do Programa Médico de Família (PMF).**

Parágrafo Único. A Comissão de Fiscalização do contrato mencionado no caput deste artigo será composta pelos seguintes empregados públicos:

Fiscais do Contrato:

- Fayana Dos Santos Morais Pereira | Coordenadora | Matrícula: 2449-0
- Pedro José Ferreira Rebello | Assistente | Matrícula: 1058-8

Suplentes:

- Taciana da Conceição Silva Lima | Supervisora | Matrícula: 2510-0
- Tuany Maria Alves Cardozo | Assistente | Matrícula: 1042-1

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ATOS DO PRESIDENTE

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que estabelece os incisos VII e VIII do art. 13, do Estatuto da FME, aprovado pelo Decreto n.º 6.178/91, de 28 de agosto de 1991, publicado em 29 de agosto de 1991.

RESOLVE:

Readaptação - Deferido

Proc.9900053101/2023 - Oneida Bispo dos Santos.
Proc.9900064125/2023 - Catarina de Oliveira.
Proc.9900066950/2023 - Maria de Fátima Wentzel Vieira.
Proc.210002015/2023 - Shayenne Bueno da Silva Bragança.

Renovação de Readaptação - Deferido

Proc.9900054215/2023 - Alba Valéria do Amaral.
Proc.9900063678/2023 - Sandra Christina Baptista.
Proc.9900059747/2023 - Helemy dos Santos Ferreira.
Proc.9900059752/2023 - Helemy dos Santos Ferreira.
Proc.210002343/2023 - Ana Carmen Oliveira de Souza.
Proc.210002330/2023 - Ana Paula Cardoso da Motta.

Redução de Carga Horária - Deferido

Proc.9900062552/2023 - Maria do Carmo de Carvalho Brum.
Proc.9900068041/2023 - Marcela Carla da Silva Dias.
Proc.9900069019/2023 - Priscila Martins de Mendonça Ribeiro.
Proc.210002189/2023 - Milena Monteiro Silva.

Renovação de Redução de Carga Horária - Deferido

Proc.9900054313/2023 - Ana Beatriz Aurnheimer da Silva Sá.
Proc.9900064104/2023 - Simone Sabino Moura Pinto.
Proc.9900064106/2023 - Simone Sabino Moura Pinto.
Proc.9900068663/2023 - Patrícia Barbosa da Araújo.
Proc.9900069749/2023 - Ângela Rosa Martins Verdugal.
Proc.9900069744/2023 - Ângela Rosa Martins Verdugal.
Proc.9900069154/2023 - Carla Fabiana Pontes Azevedo.
Proc.9900066627/2023 - Cláudia Cristina Alves Torres.
Proc.9900067326/2023 - Ana Claudia Marinho do Nascimento.

Auxílio Natalidade - Deferido

Proc.9900001555/2024 - Gabriele Ferreira da Cunha.

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2023

Aprovo a proposta do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, homologando o Pregão Eletrônico nº 022/2023, cujo objeto é o registro de preços para contratação de empresa especializada em confecção e fornecimento de **UNIFORMES ESCOLARES E CALÇADOS**, para estudantes da Rede Municipal de Educação de Niterói para o ano letivo de 2024, em favor da licitante **SILK FABRIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MALHAS LTDA**, CNPJ nº 72.344.013/0001-99, vencedora dos LOTE 1 com o valor de **R\$ 28.639.092,43** (vinte e oito milhões seiscentos e trinta e nove mil noventa e dois reais e quarenta e três centavos) e LOTE 2 com o valor de **R\$ 7.869.762,30** (sete milhões oitocentos e sessenta e nove mil setecentos e sessenta e dois reais e trinta centavos). A despesa correrá à conta do Programa de Trabalho nº 20.43.12.365.0135-4066 / 20.43.12.361.0135-4067, Código de Despesa nº 33.90.32, Fonte 1.573.00. Processo Administrativo: 9900031986/2023.

EXTRATO DA ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 022/2023

A Ata do SRP nº 001/2024, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE UNIFORMES E CALÇADOS, para estudantes da Rede Municipal de Educação de Niterói para o ano letivo de 2024. Processo Administrativo nº 9900031986/2023, Modalidade de licitação Pregão Eletrônico nº 022/2023 – SRP nº 001/2024, Total de Fornecedoros registrados: 01 (um), SILK FABRIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MALHAS LTDA, CNPJ nº 72.344.013/0001-99, vencedora dos LOTE 1, no valor de R\$ 28.639.092,43 (vinte e oito milhões seiscentos e trinta e nove mil noventa e dois reais e quarenta e três centavos) e LOTE 2, no valor de R\$ 7.869.762,30 (sete milhões oitocentos e sessenta e nove mil setecentos e sessenta e dois reais e trinta centavos), totalizando um valor de R\$ 36.508.854,73 (trinta e seis milhões quinhentos e oito mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e três centavos). A vigência da Ata será de 12 (doze) meses a partir da data de sua publicação.

O Presidente do CEC da UMEI OLGA BENÁRIO PRESTES, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art.8º, Parágrafo 1 e 2 do Estatuto deste Conselho Escola Comunidade, convoca todos os professores e servidores lotados na UMEI, bem como pais e responsáveis por alunos devidamente matriculados nesta UMEI, para participarem da Assembleia Geral Ordinária no próximo dia 05/02/2024 às 8h, em primeira convocação e, não havendo número legal de participantes conforme indicação estatutária, às 8h15min, em segunda e última convocação com qualquer número de participantes para deliberar sobre as seguintes pautas:

- Formação do CEC;
- Recursos PDDE;
- Assuntos gerais

NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO-NELTUR

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 02/2020

ESPÉCIE: CONTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 02/2020; **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo do contrato por 6 (seis) meses e alteração de rubrica para o projeto FEC Projeto 38. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** resolvem celebrar o **SEGUNDO TERMO ADITIVO** ao **CONVÊNIO** de nº02/2020, a alteração na aquisição de equipamentos, conforme processo Administrativo nº 190000299/2020, que se regerá conforme as normas das Leis Orçamentárias em vigor, a Lei Complementar nº 101, de maio de 2000 e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam; **VALOR TOTAL:** Sem ônus; **DATA DA ASSINATURA:** 18 de dezembro de 2023; **PARTE:** NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A – NELTUR E A UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE E A FUNDAÇÃO EUCLIDES DA CUNHA DE APOIO INSTITUCIONAL À UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.

ERRATA

Onde se lê “**PREGÃO PRESENCIAL**” Nº 90001/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9900055824/2023

“RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL”

No Pregão Eletrônico Nº 90001/2024, segue resposta à impugnação ao edital feita pela empresa **LEDPRO EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **37.018.865/0001-95**, “De acordo. I – Acolho integralmente o parecer retro e, indefiro a solicitação de impugnação do edital; II – Determino a continuidade do certame; III – Publique-se.” Em 19/01/2024. André Bento - Diretor Presidente

Leia-se: **PREGÃO ELETRÔNICO** Nº 90001/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9900055824/2023.

“RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL”

No Pregão Eletrônico Nº 90001/2024, segue resposta à impugnação ao edital feita pela empresa **LEDPRO EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **37.018.865/0001-95**, “De acordo. I – Acolho integralmente o parecer retro e, indefiro a solicitação de impugnação do edital; II – Determino a continuidade do certame; III – Publique-se.” Em 19/01/2024. André Bento - Diretor Presidente

NITERÓI TRANSPORTE E TRÂNSITO S/A - NITTRANS

TERMO ADITIVO nº 13/2023 – Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2020. **Partes:** NITERÓI TRANSPORTE E TRÂNSITO S.A. – NITTRANS e CS BRASIL FROTAS S.A. **Objeto:** Reajuste de 5,62% referente ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo ESPEL – IPCA-E acumulado do período de março/2022 até fevereiro/2023, a contar de 1º/03/2023. **Valor:** R\$ 110.686,90 (cento e dez mil, seiscentos e oitocentos e seis reais e noventa centavos), referente ao período de março/2023 até dezembro/2023, à conta do Programa de Trabalho 2282.26.452.0011.6100, Natureza

da Despesa 33.90.30, Fonte de Recurso 1.752.00. **Fundamentação Legal:** Contrato nº 01/2020 e Lei Federal nº 8.666/1993. **Data de assinatura:** 29/12/2023. **Proc. Adm.:** 530002570/2023.

EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA.

PORTARIA Nº. 027/2024- Designar os membros para comporem a COMISSÃO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA, referente ao Contrato nº 18/2023, (Processo nº. 080003935/2022) que tem por objeto “*elaboração de Projeto básico e executivo para paisagismo dos jardins do Caminho Niemeyer, no Município de Niterói/RJ.*”

Conforme abaixo:

- Arquiteto – Bruno Estigarribia Walter (Mat.2085);
- Arquiteta – Priscila Santos (Mat.2081).
- Arquiteta – Bianca Neves Alves Mello (Mat.2088).

PORTARIA Nº. 028/2024- Designar os membros para comporem a COMISSÃO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA, referente ao Contrato nº 18/2023, (Processo nº. 080003935/2022) que tem por objeto “*elaboração de Projeto básico e executivo para paisagismo dos jardins do Caminho Niemeyer, no Município de Niterói/RJ.*”

Conforme abaixo:

- Arquiteto – Bruno Estigarribia Walter (Mat.2085);
- Arquiteta – Priscila Santos (Mat.2081).
- Arquiteta – Bianca Neves Alves Mello (Mat.2088).

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL PRÉVIA

A Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento – **EMUSA**, CNPJ: 32.104.465/0001-89, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade – **SMARHS**, através do processo nº. 250001402/2023, a Licença Ambiental Municipal Prévia **LAM-P Nº. 001/2024**, com validade de 18 de janeiro de 2024 a 18 de janeiro de 2026.

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL PRÉVIA

A Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento – **EMUSA**, CNPJ: 32.104.465/0001-89, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade – **SMARHS**, através do processo nº. 250001995/2022, a Licença Ambiental Municipal Prévia **LAM-P Nº. 037/2023**, com validade de 18 de janeiro de 2024 a 18 de janeiro de 2026.

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL PRÉVIA

A Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento – **EMUSA**, CNPJ: 32.104.465/0001-89, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade – **SMARHS**, através do processo nº. 250001201/2023, a Licença Ambiental Municipal Prévia **LAM-P Nº. 047/2023**, com validade de 18 de janeiro de 2024 a 18 de janeiro de 2026.

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL PRÉVIA

A Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento – **EMUSA**, CNPJ: 32.104.465/0001-89, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade – **SMARHS**, através do processo nº. 250002465/2022, a Licença Ambiental Municipal Prévia **LAM-P Nº. 048/2023**, com validade de 18 de janeiro de 2024 a 18 de janeiro de 2026.

ACEITE PROVISÓRIO

Fica aceita provisoriamente a obra, referente à “*elaboração de Projeto básico e executivo para paisagismo dos jardins do Caminho Niemeyer, no Município de Niterói/RJ.*”, (CONTRATO Nº18/2023- Processo nº. 080003935/2022), em nome da Empresa ECOMIMESIS SOLUÇÕES ECOLÓGICAS LTDA.

ACEITE DEFINITIVO

Fica aceita definitivamente a obra, referente à “*elaboração de Projeto básico e executivo para paisagismo dos jardins do Caminho Niemeyer, no Município de Niterói/RJ.*”, (CONTRATO Nº18/2023- Processo nº. 080003935/2022), em nome da Empresa ECOMIMESIS SOLUÇÕES ECOLÓGICAS LTDA.

AVISO DE ADIAMENTO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO CP nº 16/2023

Fica ADIADA o RESULTADO de HABILITAÇÃO dos ENVELOPES “A” – 2ª (SEGUNDA) SESSÃO, que seria realizado no dia 23 de JANEIRO de 2024, às 15:40 (quinze e quarenta) horas, para o dia 30/01/2024, às 12:30 (doze e trinta) horas, referente a CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº. 016/2023, que tem como objeto: “URBANIZAÇÃO DA COMUNIDADE DO BONSUCESSO NO BAIRRO DE PIRATININGA”, Processo nº. 9900012886/2023, por não haver tempo hábil para análise de toda documentação de habilitação devido ao número expressivo de participantes.

AVISO DE ADIAMENTO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO CP nº 20/2023

Fica ADIADA o RESULTADO de HABILITAÇÃO dos ENVELOPES “A” – 2ª (SEGUNDA) SESSÃO, que seria realizado no dia 22 de JANEIRO de 2024, às 11:40 (onze e quarenta) horas, para o dia 29/01/2024, às 10:00 (dez) horas, referente a CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº. 020/2023, que tem como objeto: “CORTINA ATIRANTADA NA RUA ONZE DE AGOSTO NO BAIRRO DO INGÁ”, Processo nº. 9900035169/2023, por não haver tempo hábil para análise de toda documentação de habilitação devido ao número expressivo de participantes.

AVISO DE ADIAMENTO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO CP nº 15/2023

Fica ADIADA o RESULTADO de HABILITAÇÃO dos ENVELOPES “A” – 2ª (SEGUNDA) SESSÃO, que seria realizado no dia 23 de JANEIRO de 2024, às 11:40 (onze e quarenta) horas, para o dia 30/01/2024, às 10:00 (dez) horas, referente a CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº. 015/2023, que tem como objeto: “REURBANIZAÇÃO DA COMUNIDADE DO MINEIRINHO NO BAIRRO DE SÃO LOURENÇO”, Processo nº. 9900011441/2023, por não haver tempo hábil para análise de toda documentação de habilitação devido ao número expressivo de participantes.

ATO DA CPL

CP 22/2023

INDEFERIMENTO DA IMPUGNAÇÃO INTERPOSTA.

Com base na ORIENTAÇÃO JURÍDICA e no PARECER TÉCNICO do DPR, desta empresa pública e DIRETORIA de PEQUENOS REPAROS, constante dos autos, tornamos público, a DECISÃO da CPL, conforme segue: DECISÃO:

Processo nº. 9900001489/2024 da empresa GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA LTDA – CNPJ: 73.509.440/0001-42 – “INDEFERIDO” POR CRITÉRIOS TÉCNICOS, Referente a CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº. 022/2023 – Processo nº. 9900035599/2023, Mantendo, a licitação na data e hora marcada anteriormente.